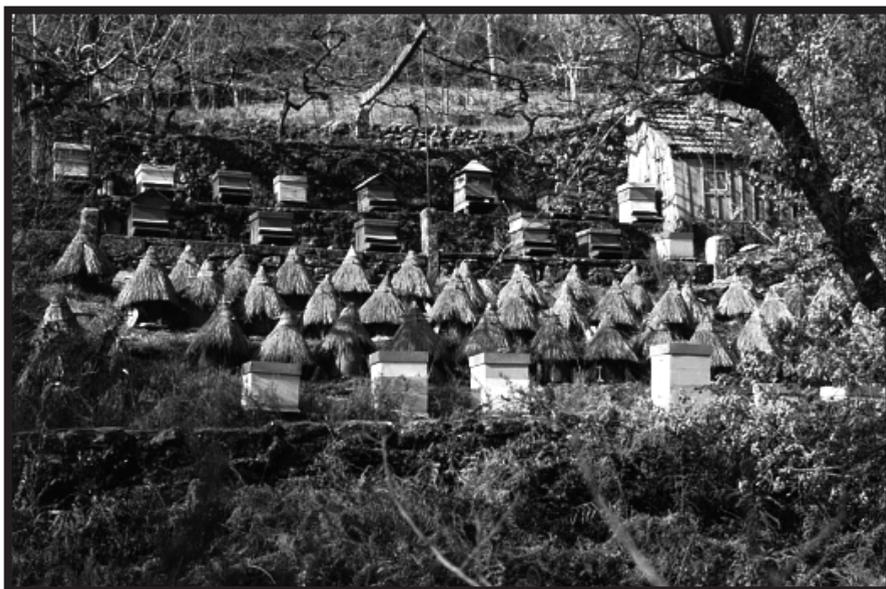


Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Director: A. M. Pires Cabral

Periodicidade: bi-anual

Distribuição gratuita

Tellus
72

TELLUS – Revista de cultura trasmontana e duriense

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real
NIPC: 506359670

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 72

Vila Real, 23 de Julho de 2020

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginação e impressão: Sodivir, Edições do Norte,
Lda. – Vila Real

Rua D. António Valente da Fonseca, N.º 8,
5001-911 Vila Real

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

António Adérito Alves Conde, Armando Palavras,
José Dias Baptista, Sebastião Bravo

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
72

O Comendador José Maria Pereira Júnior

– Um “brasileiro” na Casa do Paço, em Abambres

António Adérito Alves Conde

Resumo

O presente trabalho pretende dar a conhecer aspectos da história da Casa do Paço, sita na povoação de Abambres e freguesia de S. Martinho de Mateus (Vila Real), e as gerações que a fundaram e nela viveram, ao longo de mais de quatro séculos. Assim, depois de um primeiro trabalho já publicado (Revista Tellus, n.º 71) e dedicado à família nobre dos fundadores (de apelidos Álvares de Barros e Coelho Freitas), cumpre, agora, apresentar as conclusões do estudo sobre a família burguesa que lhes sucedeu e que adquiriu a casa em 1896. Trata-se de uma família de “brasileiros” de torna-viagem, nascidos na vizinha freguesia de Mouçós, cujo chefe é José Maria Pereira Júnior. Nascido de uma família modesta de agricultores, veio a ser, por força do seu trabalho e mérito, um dos mais importantes empreiteiros da cidade do Rio de Janeiro, responsável pela construção de imponentes edifícios na Avenida Central, na época em que aquela cidade conheceu uma profunda renovação urbana, inspirada no modelo de remodelação parisiense, do século XIX. Trabalhou com o arquitecto espanhol Morales de los Rios (1858-1928), diplomado pela Escola de Belas-Artes de Paris e responsável pelo risco dos melhores projectos daquela artéria. Em 1903, o governo português, em ordem ao seu mérito, veio a agraciá-lo com a Comenda de Mérito Industrial. O seu retrato e micro-biografia constam do Livro de Ouro comemorativo da visita do Rei D. Carlos ao Brasil, uma obra publicada e incompleta, em virtude do Regicídio, de 1 de Fevereiro de 1908, que impediu a visita.

1. Apresentação:

“À sua elegantíssima casa do Paço em Abambres chegou há dias, vindo do Rio de Janeiro, o Sr. Comendador José Maria Pereira Júnior, considerado industrial e um dos grandes beneméritos dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública. Vem assistir ao casamento de sua filha D. Adelaide Pereira com o Dr. Mesquita de Figueiredo de Coimbra.”

(O Vila-Realense, Dezembro de 1907, p. 1)

Os elementos principais desta notícia são, à partida, definidores dos “pergaminhos” da Casa do Paço e do seu novo proprietário e denotam que a Casa estaria a recuperar o brilho de outros tempos, enquanto espaço de representação social de novos protagonistas, símbolos de uma nova burguesia enriquecida à pressa, por conta do seu mérito, do seu saber e do trabalho árduo, como veremos.

Para já “assistimos” à chegada ao seu palacete, com brasão de outros, do Sr. Comendador, grande industrial e grande benemérito local, que veio participar no acto solene de ligação matrimonial da sua descendente a um doutor, de Coimbra. Por certo, ele e a sua comitiva, apearam-se do novo meio de transporte, na nova estação ferroviária de Abambres-Gare (nome pomposo para o antigo lugar do Cascabilhal), situada nas imediações da Casa do Paço, ao quilómetro 28 da linha do Corgo, inaugurada nos primeiros meses do ano de 1906.

Aí os esperaria uma ou várias carruagens, tiradas por cavalos, e os populares dos vizinhos lugares das freguesias de Mouços e Mateus comentariam o facto pomposo, a que não estavam, de todo, habituados. Os mais velhos diriam, com voz baixa e discreta, “Vai ali o Zé Maria”, enquanto os mais novos e ingénuos, desejosos de vir a receber uma moeda ou até uma malga de caldo, gritariam sonantes “vivas” ao Sr. Comendador.

Este pequeno relato, mais apropriado ao romance histórico, pretendeu introduzir a figura de José Maria Pereira Júnior e a história de vida de um homem determinado, trabalhador e abnegado que conheceu, um dia, os caminhos do sucesso que lhe abriu as “portas” da Casa do Paço, uma casa que ele até podia conhecer, de outros tempos, mas para a qual só lhe era “permitido” olhar acima dos muros e dos portões que a rodeavam e protegiam.

2. Vida pessoal e familiar

2.1. Do nascimento à idade adulta, na Abobeleira

José Maria nasceu em 27 de Abril de 1854¹, no lugar da Abobeleira, freguesia de Mouços. Foi baptizado em 4 de Maio, na igreja paroquial do Salvador de Mouços, filho natural de Maria do Carmo, jornaleira, e de pai incógnito, sendo neto materno de Manuel Alves Escalera e Maximiana Correia. Por casamento posterior de António José Pereira e de Maria do Carmo, celebrado em Mouços em 30 de Maio de 1860², foi legitimado pelo pai, sendo neto paterno de José Pereira e Maria Teresa Pereira, moradores na Abobeleira.

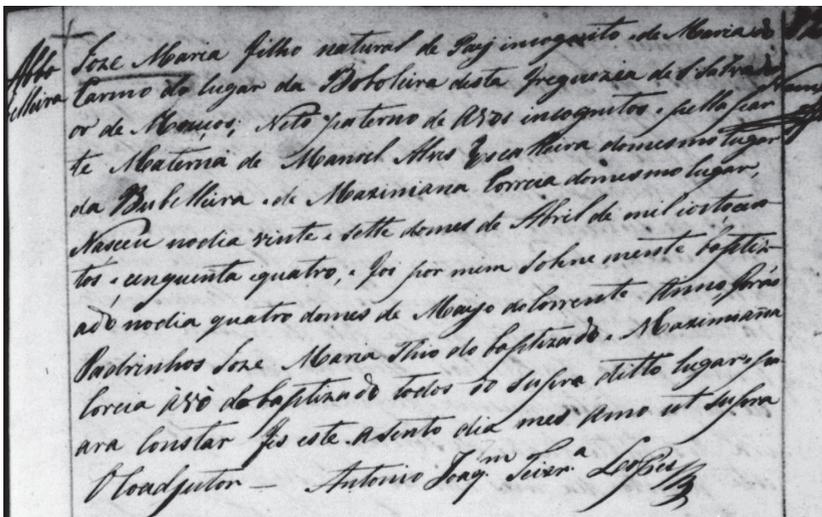


Imagem nº 1 – Registo de baptismo de José Maria
(Fonte: ADVR)

Em 19 de Abril do mesmo ano nasceu Joana, no lugar de Pena de Amigo, freguesia de Mouços, a qual viria a ser sua esposa. Era filha legítima de Manuel Gonçalves e Helena Lopes. Foi baptizada a 25 de Abril, na igreja paroquial de Mouços³. José Maria cresceu no lugar de Abobeleira, aprendendo a ocupação dos seus ascendentes que trabalhavam na agricultura. Em 1874, com 19 anos e sendo solteiro, haveria de ser pai de uma menina, como veremos.

1 ADVR/Registos Paroquiais baptismo/Vila Real /Mouços – ano de 1854.

2 ADVR/Registos Paroquiais: casamento/Vila Real /Mouços – ano de 1860.

3 ADVR/Registos Paroquiais baptismo/Vila Real /Mouços – ano de 1854.

Em 18 de Outubro de 1879, sendo solteiro e lavrador, casou, na igreja paroquial de Mouços, com Joana Gonçalves Lopes, solteira, lavradora, de 25 anos. No respectivo registo paroquial foi registado pelo pároco que *“haviam tido dois filhos, um por nome de Domingos e outra por nome de Ana e que queriam legitimados por este matrimónio e com os mesmos direitos e faculdades dos que para o futuro podessem vir a ter”*⁴.

Com efeito, em 17 de Janeiro de 1874, foi baptizada Ana, filha natural de Joana Gonçalves e, em 11 de Fevereiro de 1876, foi baptizado Domingos⁵.

2.2. A partida para a Brasil, na procura de uma vida melhor

No tempo que se seguiu ao casamento, José Maria deve ter ido aprender a profissão de carpinteiro já que, em 13 de Setembro do ano seguinte, quando pediu o passaporte para emigrar para o Brasil, já registava essa profissão⁶. É de referir que José Maria sabia ler e escrever, condição essencial para quem emigrava. Cerca de dois anos e meio depois era a vez de Joana, a esposa, e os filhos Ana e Domingos, pedirem passaportes para se juntar ao esposo e pai, no Rio de Janeiro⁷.

O casal e os dois filhos estavam finalmente juntos no Rio de Janeiro, onde José Maria trabalhava como carpinteiro e onde, em 1885, abriu oficina de carpintaria, como adiante veremos. Viviam na Rua de S. José, n.º 54, bem perto da oficina que funcionava no n.º 102 da mesma rua. A Rua de S. José, assinalada no mapa anexo, pertencia às freguesias do Sacramento e de S. José, junto ao velho e extinto Morro do Castelo, não muito longe da igreja da Candelária e da Praça 15 de Novembro.

4 ADVR/Registos Paroquiais: casamento/Vila Real /Mouços – ano de 1879.

5 ADVR/Registos Paroquiais baptismo/Vila Real /Mouços – ano de 1874 e 1876. Refira-se que Domingos depois de ter emigrado para o Brasil, casou, já tarde, aos 58 anos, na freguesia de S. Pedro (Vila Real), com Camila da Conceição Ferreira Rosas, divorciada, ficando viúvo em 27 de Julho de 1942. Faleceu em Vila Real em 10 de Junho de 1955.

6 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1880/ – Registo 192, fl. 48v – Brasil.

7 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1883/ – 2 de Abril – Registo nº 370, fl. 111v – 2 de Abril – Brasil. Características de Joana: altura: 1,5 metros; cabelo: castanho, olhos castanhos.

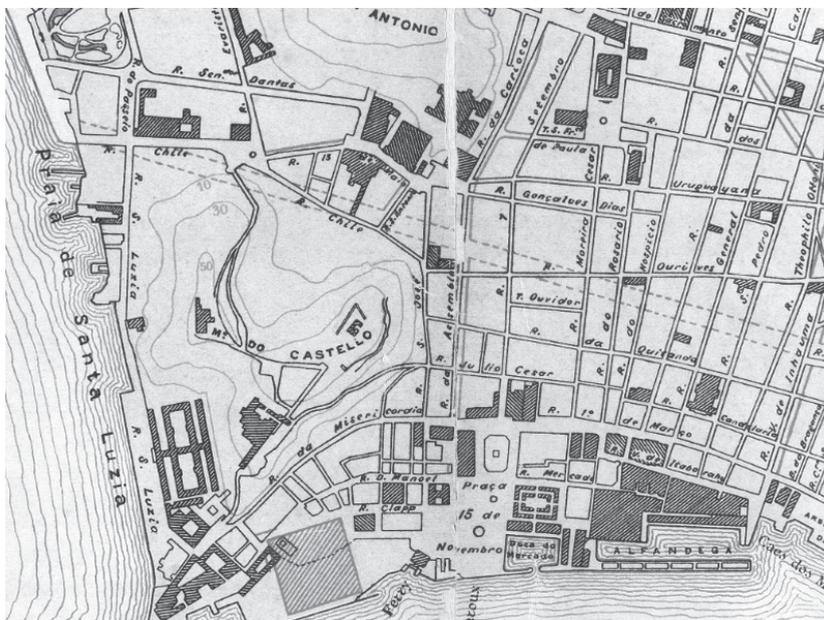


Imagem n.º 2 – Mapa do Rio de Janeiro e Rua de S. José assinalada.

Em 1885, nasceu a filha Laurinda, seguindo-se Adelaide e Antenor, em 1887, e Leonor, em 1889. Antenor veio a falecer de hepatite, ao fim de alguns meses. Assinale-se a notícia da morte, do seguinte teor: “*Obitos. Hepatite. O fluminense natural ou habitante do Rio de Janeiro Antenor, filho de José Maria Pereira Júnior, 5 meses, morador e falecido na rua de São José, n.º 54*” (Jornal do Comércio, de 17 de Novembro de 1887, p. 2).

2.2.1. As viagens a Portugal

No Verão de 1889, a família esteve, em Mouçós, em visita a familiares. Provavelmente, José Maria não dispunha de muito tempo, pelo que, em 16 de Agosto, pediu passaporte para regresso ao Rio de Janeiro⁸. A esposa e as quatro filhas, uma delas com poucos meses de vida, ficaram em Portugal onde se demoraram por mais de um ano. Na sua permanência foram padrinhos de um sobrinho de José Maria, filho de sua irmã Ludovina e de Manuel Ferreira, a quem deram o nome do falecido filho Antenor. No registo

8 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1889. Registo n.º 1061, de 16.08.1889.

paroquial são referidos como proprietários, naturais e residentes em Pena de Amigo⁹.

Em Abril de 1891 estavam de regresso ao Rio de Janeiro, tendo Joana Gonçalves Lopes Pereira pedido passaporte em 15 de Abril de 1891. Levou consigo as filhas: Ana, de 17 anos; Laurinda, de 6 anos; Adelaide, de 4 anos, e Leonor, de 2 anos¹⁰.

2.2.2. A compra da Casa do Paço, em Abambres

Nos inícios de 1896, José Maria esteve de novo em Portugal e não trouxe a família. Acreditamos que tenha vindo negociar a aquisição da casa da sua vida, que serviria também para o projectar socialmente como um “brasileiro” bem-sucedido na vida e nos negócios. Trata-se, efectivamente, da Casa do Paço, adquirida aos últimos descendentes dos morgados Coelho de Freitas.

A estadia deve ter sido prevista para ser breve já que, em 15 de Março, pediu passaporte para o Brasil¹¹; neste documento aparece como morador em Abambres e já não em Pena de Amigo. Contudo, o regresso deve ter sido adiado, já que a chegada ao Rio de Janeiro, a bordo do paquete francês “Portugal”, proveniente de Bordéus e escalas, após 16 dias de viagem, só vem referenciado nos jornais a 22 de Agosto (*O País*, de 22.08.1896. p. 3). Provavelmente, deve ter executado algumas obras de manutenção no seu palacete.

2.2.3. Entre o Brasil e Portugal

Em 21 Setembro de 1898, José Maria partiu, do porto do Rio de Janeiro, rumo a Portugal, a bordo do paquete português “Malange” (*Jornal do Brasil*, de 24.09.1898, p. 2), o qual seguia para Antuérpia e escalas.

Num gesto de cortesia para com os seus clientes e amigos, mas também numa clara manifestação de representação social e de algum orgulho encoberto pela aquisição do novo palacete do Paço, mandou publicar na comunicação social um anúncio de despedida, do seguinte teor:

9 ADVR/Registos Paroquiais baptismo/Vila Real /Mouços – ano de 1889, Registo nº 1061, de 16.08.1889.

10 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1891. Registo nº 188, de 15.04.1891.

11 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1896. Registo 884, fl. 150v, livro 31.

“José Maria Pereira Júnior retirando-se temporariamente para a Europa a bordo do paquete Malange e não lhe sendo possível pela escassez de tempo despedir-se pessoalmente de todos os seus amigos, o faz por este meio, e aproveita a oportunidade para oferecer-lhes os seus limitados préstimos em Portugal, Paço de Abbambres, Villa Real. Rio, 23 de Setembro de 1898”

(Gazeta de Notícias, de 23.09.1898, p. 3).

A viagem de regresso seria feita em Março do ano seguinte, já que, em 15 do mesmo mês, requereu passaporte com destino ao Brasil¹². A morada registada é, em definitivo, na Casa do Paço, em Abambres. A chegada ao Rio de Janeiro ocorreu a 28 de Abril, a bordo do paquete português “Malange”, procedente de Antuérpia, com 30 dias de viagem (*Imprensa*, de 28.04.1899, p. 3). O jornal *O País* deu também conta da sua chegada, no dia 27 de Abril. Nos finais de 1905, Pereira Júnior empreendeu nova viagem a Portugal, desta vez com a família. Disso nos dá conta a notícia da sua chegada ao porto do Rio de Janeiro, em 19 de Março, a bordo do paquete francês “Chili”, procedente do porto de Bordéus e escalas (*Gazeta de Notícias*, de 20.03.1905, p. 2). Alguns meses depois, encetou discreta viagem a Portugal, que escapou às notícias dos jornais.

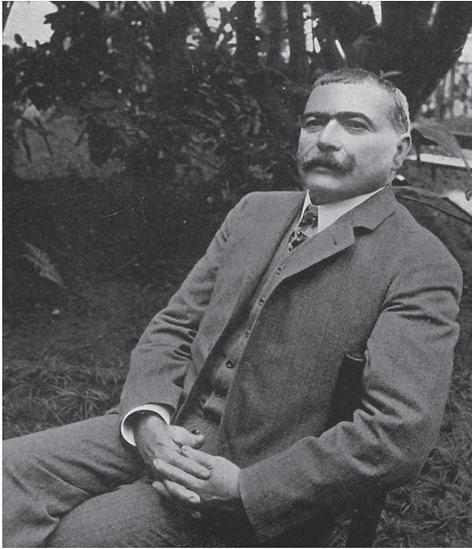
1	José Maria Pereira	Portugal	30	marido
1	la femme Juana		30	
1	la fille Laurinda		20	
1	Goelacide		18	
1	Leonor		16	

Imagem n.º 3 – Lista dos passageiros do vapor Chili (excerto – RV108)
(Fonte: Arquivo Nacional do Brasil)

Dessa vez viajou sem a família, tendo requerido passaporte para regresso, em Vila Real, a 12 de Setembro¹³. Chegaria ao Rio de Janeiro, em 23 de Outubro, a bordo do paquete “Thames”, concluindo, assim, o que foi uma discreta viagem de negócios. Com efeito, Pereira Júnior veio a Portugal, com o objectivo de agenciar 35 operários, aqui contratados para virem a executar “*passeios de ladrilho colorido projectados na avenida, segundo o modelo da avenida da Liberdade em Lisboa*” (*O País*, de 23.10.1905, p. 2).

12 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1899 - livro 33.

13 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1905, registo 1043, fl. 593v.



**Imagem n.º 4 – Comendador
José Maria Pereira Júnior**
(Fonte: *Livro de Ouro...* p. 193 - excerto)

O motivo era óbvio: Pereira Júnior estava a acabar as obras de construção da sede do jornal *O País*, a inaugurar a 15 de Novembro e tinha absoluta necessidade de pessoal especializado em assentar calçada à portuguesa, nos passeios das imediações da sede daquele periódico.

De resto, segundo o *Livro de Ouro*, já citado “*Foi elle quem introduziu no Rio de Janeiro e dirigiu o systema de calçamento á portugueza nos passeios da avenida central, que dá a essa formosissima arteria da cidade Fluminense, o mais formosissimo e encantador aspecto*”¹⁴.

No ano de 1907, uma onda de alegria encheu a família Pereira Júnior com o nascimento do neto David, em 31 de Maio. Era filho de sua filha Leonor que havia casado no ano anterior com um grande homem de negócios, de origem judaica, de nome David Haguenuer. Moravam na Rua de Benjamim Constant, da freguesia da Glória, no Rio de Janeiro. Do facto se transcreve a notícia:

“Reina, impera, domina a Alegria no feliz lar domestico do nosso amigo David Haquenauer. Não póde ser mais justo o motivo do contentamento desse estimável cavalheiro e de sua digna Esposa.

Desde 31 de Maio proximo findo a povoar esse lar há mais uma creatura, o innocente e mimoso David, que é o encanto de tão extremosos pais. Ao consignar aqui o jubiloso acontecimento, apresentamos ao venturoso casal Haguenuer as nossas sinceras felicitações, desejando ao interessante David um provir de perennes felicidades”

(*Rua do Ouvidor*, 15 de Junho de 1907, Ano XI, nº 476).

14 *Livro de Ouro comemorativo da visita de Sua Majestade El-Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brasil ... p. 193).*

Nos finais do ano de 1907, Pereira Júnior estava de regresso a Portugal, a fim de testemunhar uma série de acontecimentos familiares, do maior alcance e, provavelmente, para gozar um merecido descanso, no seu palacete do Paço. É um facto que a vida financeira das suas empresas tinha conhecido melhores dias, como adiante se verá, pelo que a permanência na quietude do seu palacete em Abambres livrá-lo-ia desses dissabores.

Tal como foi reproduzido na introdução a este tema, Pereira Júnior, chegou a Abambres nas vésperas do Natal de 1907, tal como é referido na seguinte notícia:

“Chegou a esta villa o nosso conterraneo Pereira Junior, grande industrial no Rio de Janeiro, que vem assistir ao casamento de sua filha, D. Adelaide Pereira, com o dr. Mesquita Figueiredo, de Coimbra”

(A Vanguarda, de 25.12.1907).

Para além do casamento da filha Adelaide, José Maria Pereira Júnior testemunhou o baptizado de seu neto David, já referido, filho de sua filha Leonor, tendo sido seu padrinho de baptismo conjuntamente com a sua mulher. David foi baptizado na igreja de S. Martinho de Mateus, pelo Pe. António Afonso Tavares¹⁵.

No mesmo dia do baptizado, D. Joana Lopes Pereira, esposa de José Maria solicitou passaporte¹⁶ para regresso ao Brasil, juntamente com a filha Adelaide e o neto David¹⁷, de 10 meses.

José Maria ficou em Abambres onde, em 15 de Outubro, ofereceu uma recepção ao Conselheiro António de Azevedo Castelo Branco. Do facto dá notícia *O Vila-Realense* nos seguintes termos: *“Almoço e jantar – oferecidos a António de Azevedo Castelo Branco por José Maria Pereira Júnior no seu luxuoso e confortável palacete, em Abambres”* (*O Vila-Realense*, de 15 de Outubro de 1908).

A partir desta data, não existem notícias, na imprensa brasileira, da permanência de Pereira Júnior naquele País. De igual modo, não houve, a partir daqui, lugar à emissão de qualquer passaporte por ele requisitado. Infere-se, por isso, que ficou na Casa do Paço, gozando das canseiras de uma vida de trabalho.

15 ADVR/ Registos Paroquiais/Vila Real/Vila Real/Mateus – Baptismos (ano de 1908-1911) – registo nº 16, fl. 5v.

16 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1908 - Registo 747, fl. 102.

17 ADVR/Livros de registo de passaportes/ ano de 1908 - Registo 748, fl. 102.

2.2.3.1. O reconhecimento social – o título de Comendador

Em Maio de 1903, o Governo português, em razão do reconhecido mérito de Pereira Júnior, enquanto construtor na praça do Rio de Janeiro, onde era reputado como um dos grandes construtores, resolveu agraciá-lo com a Comenda de Mérito Industrial. À referida mercê se refere a seguinte notícia:

“Mercês Honoríficas. Pelo Governo portuguez foram concedidas as seguintes (...) – Commenda de merito industrial ao subdito portuguez, residente no Rio de Janeiro, sr. José Maria Pereira Junior”

(Jornal do Brasil, de 6.05.1903, p. 1).

Mais esclarecedora é uma outra descrição que transcrevemos: *“Como recompensa da sua iniciativa e dos seus serviços á industria foi-lhe concedida a commenda de Merito Industrial, honorabilidade que a nosso ver, melhor se casa com aspirações do homem moderno e com o meio progressivo que atravessamos, no qual as conquistas do trabalho e do saber são consideradas as mais dignas de distinção e aquellas que mais significam as sociedades”*¹⁸.

Refira-se que a Ordem de Mérito Industrial se destina, ainda hoje, a distinguir as individualidades que hajam prestado, como empresárias ou trabalhadores, relevantes serviços no desenvolvimento ou valorização das indústrias.

3. Vida social

Desde cedo, José Maria Pereira Júnior aderiu a diversas associações de protecção social a portugueses emigrados naquele país, fazendo parte da direcção de algumas delas. Esta é a constatação que nos oferece o relato das associações onde serviu, a seguir indicado. No *Livro de Ouro* (p. 193), já citado, é referido que *“Todas as sociedades portuguezas do Rio de Janeiro contam o seu nome no registo dos seus sócios mais prestimosos, como o paiz pode contar com a sua dedicação de filho amantíssimo que jamais esquece a pátria onde nasceu”*.

Em Agosto de 1887, foi eleito para a nova administração da Associação Beneficente Protectora da Colónia Portuguesa, sendo membro do Conselho da dita Associação (*Jornal do Comércio*, 19.08.1887, p. 2). Esse cargo foi revalidado no ano seguinte.

18 *Livro de Ouro comemorativo da visita de Sua Majestade El-Rei D. Carlos I ao Estados Unidos do Brasil...* p. 192.

No ano de 1892, de acordo com o Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, na Sessão ordinária do Conselho Geral de Kadosch, de 18 de Maio, o respectivo Conselho resolveu elevar ao grau 30 vários “irmãos”, entre os quais José Maria Pereira Júnior (*Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*, p. 86). Pertenceria à Benemérita Loja Capitular Dezoito de Julho, a qual foi fundada em 15 de Julho de 1840.

Em sessão magna, de 18 de Abril de 1893, foi empossada a nova administração a que pertencia Pereira Júnior. Depois desta data, não conseguimos apurar elementos da continuação desta ligação à loja maçónica.

Do ano de 1900, fica o registo da sua qualidade de benfeitor da Associação Beneficente Homenagem ao Conde de S. Salvador de Matosinhos, tendo-lhe sido entregues títulos honoríficos (*Gazeta Notícias*, de 17.08.1900, p. 2). Em 1903, pertencia ao Conselho Directivo da Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e S. Cosme de Vale (*Jornal do Brasil*, de 17.08.1903), à Rua do Hospício, a qual comemorava o seu 18.º aniversário.

Ainda no ano de 1903, fazia parte da Comissão Organizadora do Centro Instrutivo e Beneficente dos Arquitectos e Construtores de Obras do Rio de Janeiro, a qual reuniu, no dia 6 de Setembro daquele ano, na sua 1.ª sessão, na Rua Luís de Camões, n.º 23. O seu nome constava da referida lista, sob o n.º 38, morador que era na Rua de S. José, n.º 62 (*Jornal do Brasil*, de 04.09.1903, p. 3).

Existem também algumas notícias, a propósito dos aniversários natalícios de Pereira Júnior, tal como o que se segue: “*Fazem anos hoje: (...) O commendador José Maria Pereira Junior, distintissimo construtor civil, que esta dando provas de sua alta competencia na edificação do predio do Paiz, na Avenida Central*” (*O País*, de 26.04.1904).

Era também benfeitor da Associação Auxiliadora da Maternidade tendo feito donativos através da “*construção de diversas obras incluindo materiaes e pintura, na importância de 830\$*” (*Gazeta de Notícias*, de 21.02.1905, p. 3).

De igual modo, pertencia à Direcção da Irmandade de S. João Baptista e Nossa Senhora do Alívio, no ano compromissal de 1905 e 1906, na qualidade de definidor por devoção, ao tempo em que era já comendador (*Jornal do Brasil*, de 22.08.1905, p. 4).

Ainda no ano de 1906, pertencia aos corpos sociais da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, no cargo de Conselheiro mordomo (*Gazeta de Notícias*, de 19.09.1906), o qual que voltou a ocupar nas direcções dos anos de 1907 e 1908. Nesta Sociedade ocupava lugar de destaque Cesário Augusto Teixeira Cabral, 1.º Visconde da Veiga Cabral, nascido em 1852, em Sever (Santa Marta de Penaguião).

Ao contrário de outros elementos da colónia portuguesa no Rio de Janeiro, designadamente os da classe comercial, que procuravam a ascensão e o reconhecimento social, através da sua presença em funerais ou missas de pessoas importantes, com registo da presença nos principais jornais, são poucos os registos de participação em eventos sociais, por parte de Pereira Júnior. Como excepção, refira-se a presença, juntamente com a esposa, na missa de 7.º dia por intenção de D. Maria Soria de Kunhardt, realizada a 17 de Abril de 1906, na igreja de S. Francisco de Paula. Tratava-se da cunhada do director do jornal *O País*, João de Sousa Lage, pessoa de boas relações com José Maria Pereira Júnior (*O País*, de 18.04.1906, p. 1). Muito provavelmente a sua postura discreta e a coordenação dos trabalhos de industrial da construção civil, obrigavam a constantes deslocações para além do centro da cidade e as suas ocupações não se coadunavam com essa prática.

É de registar outro caso conhecido de presença de Pereira Júnior e família, na recepção ao Presidente da República, aquando da visita que fez às obras do edifício do jornal *O País* e da inauguração da Avenida Central (*O País*, de 20 de Novembro de 1905, p. 1). Refira-se que a construção deste belo edifício foi da responsabilidade do construtor Pereira Júnior.

4. A vida empresarial

José Maria Pereira, que mais tarde acrescentou Júnior ao seu nome, chegou ao Brasil, em Outubro de 1880, com alguns conhecimentos na arte da carpintaria, algum domínio da leitura, da escrita e do cálculo e, presume-se, uma enorme vontade de vencer na vida. Cerca de três anos mais tarde juntou-se a ele a família: mulher e dois filhos.

Nos primeiros tempos teria feito o seu tirocínio, como assalariado, em alguma oficina de carpintaria, tentando a adaptação aos trabalhos mais solicitados e a obtenção de conhecimentos sobre esta área de negócios e a sua gestão.

4.1. A criação das primeiras empresas

A actividade empresarial, propriamente dita, começou com o estabelecimento de uma oficina de carpintaria na Rua de S. José, nº 102, no Rio de Janeiro, nos inícios do ano de 1885 (Jornal do Comércio, de 30.01.1885, p. 2), conforme pedido feito na respectiva Prefeitura. O nome da sua firma consta do Almanak Laemmert do ano de 1885, cujo teor do anúncio se reproduz: “*José Maria Pereira Junior. Com oficina de carpinteiro, faz obras de construção, r. de S. José 102*”

(*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brazil para 1885, fundado por Eduardo von Laemmert, p. 199*).

Em 1888, era proprietário de uma oficina a vapor de lamberquins¹⁹, sita na Rua Sete de Setembro, n.º 205. No anúncio, colocado na imprensa, é referido que está habilitado a fazer obras de “ornamentos para igrejas, recortes para chalets, moldes para fundição, e bem assim o concernente ao trabalho de torneiro, marceneiro, carpinteiro, esculptor e entalhador; o que fará por módicos preços” (*Gazeta de Notícias*, de 24.05.1888, p. 4).

Alguns anos mais tarde, em 1892, era proprietário de um estabelecimento de carpintaria e marcenaria, na Rua de S. José, n.º 6, com o capital de 12:000\$, sob a denominação social de José Maria Pereira Júnior & C.^a (*Jornal do Comércio*, de 09.03.1892, p. 6). Era seu sócio Inácio José Cerqueira. Contudo esta sociedade foi dissolvida alguns meses mais tarde, em Maio do mesmo ano, ficando José Maria com o activo e o passivo a seu cargo e “*sahindo o socio Ignácio José Cerqueira pago e satisfeito de seus lucros havidos nesta data*” (*Jornal do Comércio*, de 13.06.1892, p. 8). Havia, da sua parte, uma clara vontade de manter “bom nome” na praça, mostrando bom entendimento com o sócio de ocasião.



Imagem n.º 5 – Anúncio da firma de José Maria Pereira Júnior

4.2. A extensão empresarial à área da construção – as grandes obras

4.2.1. Reconstrução do Teatro Politeama

Os negócios devem ter prosperado já que, dois anos mais tarde, Pereira Júnior dirigia as obras parciais de reconstrução do Teatro Politeama, que tinha sido devorado, havia pouco tempo, por um incêndio²⁰. Desta forma, o jornal

19 Lamberquim - Na arquitectura é um adorno recortado, contínuo, de zinco estampado, chapa recortada, etc., que se coloca sob um friso ou beiral. Em Portugal era, sobretudo, na decoração de empenas dos chalés românticos, construídos no final do século XIX e no início do século XX.

20 O Teatro Politeama Fluminense (ex-Teatro Circo) foi palco de um incêndio, na noite de 14 de Julho de 1894, que começou no cenário e, em breve, se propagou ao palco e à plateia.

O País anunciava a sua reconstrução, segundo os princípios da moderna arquitectura e noticiava que os planos da fachada, sobre a Rua do Lavradio, estavam já aprovados pela Prefeitura, “*devendo começar brevemente sua execução pelo conhecido construtor sr. José Maria Pereira Junior*” (*O País*, de 19.07.1894, p. 2). O mesmo periódico refere que o construtor, que à data estava na Europa, tinha já construído, em alvenaria de tijolo e ferro, as dependências do palco, os mictórios e as instalações sanitárias.

4.2.2. Reconstrução do Teatro de S. Pedro de Alcântara

Enquanto decorriam estas obras, seguiu-se a empreitada de reconstrução e beneficiação do Teatro de S. Pedro de Alcântara, cujas primeiras obras, designadamente a plateia e a caixa, foram entregues em Fevereiro de 1905 (*O País*, de 28.02.1905, p. 2), a tempo da realização dos bailes de Carnaval. De acordo com o mesmo jornal “*As obras foram contratadas com o empreiteiro e construtor civil José Maria Pereira Junior, sendo fiscal por parte do Banco da Republica o distincto engenheiro general Cornelio de Barros*”. No anexo 1 são dados pormenores sobre a natureza das obras de reconstrução deste teatro.

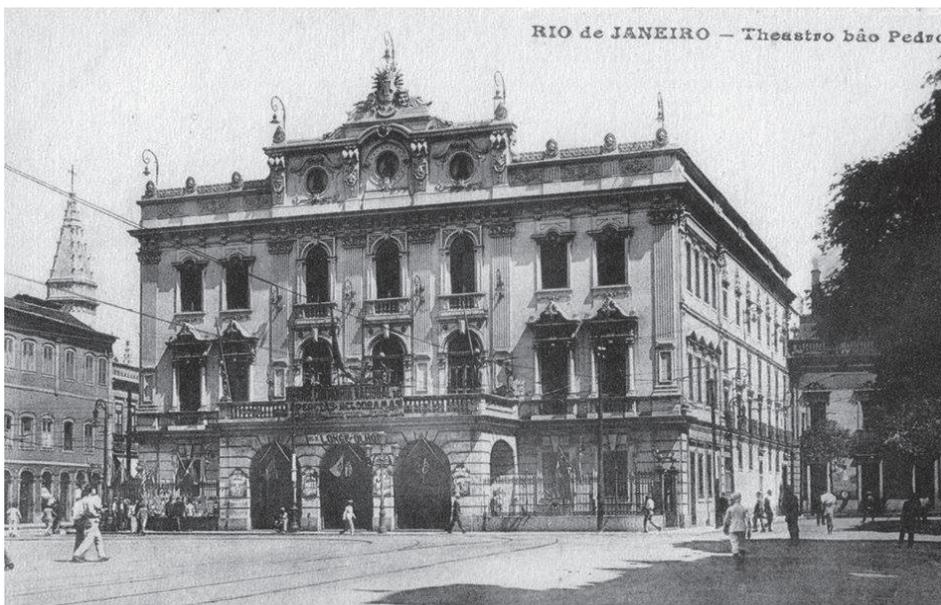


Imagem n.º 6 – Teatro de São Pedro de Alcântara

4.2.3. Reformulação da capela de S. João de Deus

Pela mesma altura participou na execução de obras na capela de S. João de Deus, da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, sob a direcção do Engenheiro Augusto Prestes. A reformulação da capela foi feita a expensas do Comendador Manuel Ferreira da Costa e Sousa (*Jornal do Brasil*, de 19.09.1903, p. 1).

4.2.4. A construção do Mercado da Praça da Harmonia e a colaboração com o Arquitecto Morales de los Rios

Em Setembro do mesmo ano, ao tempo em que o município carioca estabeleceu um plano, a curto prazo, de construção de pequenos mercados, foi-lhe adjudicada a demolição do mercado da Praça da Harmonia e a sua reconstrução, com plantas e desenhos do arquitecto Morales de Los Rios.

Esta obra inseria-se num conjunto de grandes transformações, levadas a efeito pelo Prefeito Dr. Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, as quais tinham por objectivo “*dar ao povo mercados elegantes e convenientes*”. O mercado da Harmonia foi “*construído no mesmo local do antigo Mercado, é de forma quadrangular, ladeado por pequenos pavilhões á agencia da Prefeitura e a um restaurante, o que também se encontrará nos outros*” (*Os pequenos mercados*, in *O País*, de 10.09.1903, p. 2)

De acordo com o *Jornal do Brasil*, à data da inauguração dos trabalhos, neste mercado “*havia uma turma de 50 trabalhadores, das oficinas do sr. J. M. Pereira Junior, constructor da companhia The Brazilian Cold Storage, concessionária da exploração dos mercados*” (*Jornal do Brasil*, de 10.09.1903, p. 1).

Quem era este arquitecto?

Adolfo Morales de Los Rios era um arquitecto, urbanista, professor e historiador, nascido em Sevilha em 1858 e falecido no Rio de Janeiro, em 1928. Era formado pela Escola de Belas-Artes de Paris e trabalhou na França e em Espanha, com projectos do Banco de Espanha (Madrid), o Grande Teatro Falla (Cádiz) e o Casino de S. Sebastian (Espanha). Devido a problemas políticos, emigrou para o Chile, para leccionar arquitectura, passou pela Argentina e regressou ao Brasil, por altura da proclamação da República.

Participou activamente do projecto de modernização republicana, das décadas de 90 do séc. XIX a 30 do século XX, corporizado nas reformas urbanísticas da capital realizadas durante a presidência de Rodrigo Alves e administração municipal de Pereira Passos. Estas reformas foram empreendidas pela necessidade

de instalação de infra-estruturas urbanas face às difíceis condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro, à necessidade de afirmação do regime republicano e ao desejo de inserir o Brasil na economia mundial ²¹.

Para além desta obra, Pereira Júnior e o Arquitecto Morales de los Rios, colaboraram nos projectos de execução da sede do jornal *O País* e a sede da Sociedade Rio Grandense Beneficente e Humanitária.

4.3. As grandes obras da Avenida Central

Na Avenida Central, inaugurada em 1905, construiu, o então comendador José Maria Pereira Júnior, três prédios, ao melhor gosto eclético, a saber: a sede do jornal *O País*, a sede da Sociedade Rio Grandense e a sede da Firma Sotto Mayor & Companhia, as primeiras com projecto de Morales de los Rios e a terceira com projecto do engenheiro Vicente de Carvalho.

4.3.1. A Avenida Central – a grande revolução urbana, com Paris como modelo

O projecto de renovação urbanística da área central da cidade do Rio de Janeiro, designadamente da Avenida Central e ruas adjacentes, foi concebido por Lauro Muller, procurando estabelecer um elo de ligação entre o novo cais do porto e a Avenida Beira Mar. O modelo seguiu, de perto, os planos de Haussmann, para a remodelação de Paris que teve lugar no século XIX. Tal como no modelo francês, foram construídas duas praças interligadas – a Praça Mauá, junto ao porto e a Praça Floriano.

Esta operação urbanística provocou a demolição de cerca de 1.700 prédios e uma parte do Morro do Castelo e a sua substituição, por prédios da Belle Époque, tendo em vista tornar a capital do Brasil numa metrópole moderna, a exemplo das grandes capitais europeias, eliminando, assim, as grandes bolsas de pobreza (cortiços, pensões baratas, etc.) aí existentes e os focos de insalubridade.

A operação esteve a cargo da Comissão Construtora da Avenida Central. De acordo com Lima Barreto²² que vimos seguindo, a Comissão estabeleceu três grandes áreas para ocupação dos terrenos, a saber: uma primeira, para os prédios públicos e associações de ensino e beneficentes (da Avenida Beira Mar à Rua de

21 <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285480/adolfo-morales-de-los-rios>

22 BARRETO, Lima – A Paris dos Trópicos.

S. José; a segunda, destinada a estabelecimentos ligados à moda e confecções, confeitarias, jornais e bancos (da Rua de S. José à Rua General Câmara) e a terceira, destinada ao comércio de exportação e importação e às instituições financeiras, onde sobressaía o prédio de Pallassin Guinle.

Os projectistas e construtores tinham de seguir um padrão estabelecido, em cujos projectos vieram a surgir torres, cúpulas, pináculos e minaretes que coroavam os telhados, balcões e portas monumentais, provocando, desta forma, mudanças dos paradigmas vigentes.

A Avenida foi inaugurada, em 15 de Novembro de 1905, ao tempo em que existiam trinta prédios concluídos e oitenta em construção, o que abrangia a quase totalidade dos lotes disponíveis. Para aí convergiram as sedes das grandes empresas e instituições oficiais e culturais, designadamente o Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes e as sedes dos poderes Legislativo e Judiciário, entre outras.

4.3.2. A construção da sede do jornal *O País*

Em Maio de 1904, iniciou Pereira Júnior a construção de uma das suas obras mais emblemáticas, a da sede do jornal *O País*²³, cuja primeira pedra foi lançada em 8 de Maio de 1904, numa das principais avenidas da cidade do Rio de Janeiro – a Avenida Central, com esquina para a Rua Sete de Setembro. Tratava-se de um edifício de quatro pisos, com uma área de 850 metros quadrados, destinado a albergar a redacção, o escritório, as oficinas e outras dependências do jornal.

De acordo com o *Jornal do Brasil* (de 09.05.1904, p. 1), “*A planta da fachada foi feita pelo engenheiro Sr. Morales de los Rios e a construção está confiada ao empreiteiro sr. José Maria Pereira Junior; devendo as obras estar concluídas dentro do prazo de quatorze mezes*”. O construtor indigitado foi naturalmente convidado para a notável cerimónia.

O edifício do jornal *O País* seguiu um estilo “*Renascença com ornatos mouriscos. Sobre as cornijas estão assentados emblemas da literatura, da arte, do humorismo que empunharão focos eléctricos. No zimbório haverá um grande relógio. Há pelos espaços de janela a janela, escudos, em que estão exarados os nomes de todos os Estados da União*” (*O País*, de 23.10.1905, p. 2).

23 *O País*, fundado pelo emigrante português João José dos Reis Júnior, agraciado com o título de Conde de São Salvador de Matosinhos, circulou entre 1 de Outubro de 1884 e 1930. Em 1930, após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas e seus correligionários, entraram no Rio de Janeiro para tomar posse e os seus apoiantes assaltaram e queimaram esta sede.



Imagem n.º 7 – Avenida Central e sede do jornal *O País* (prédio com torreão)
(Fonte: Arquivo Nacional do Brasil)

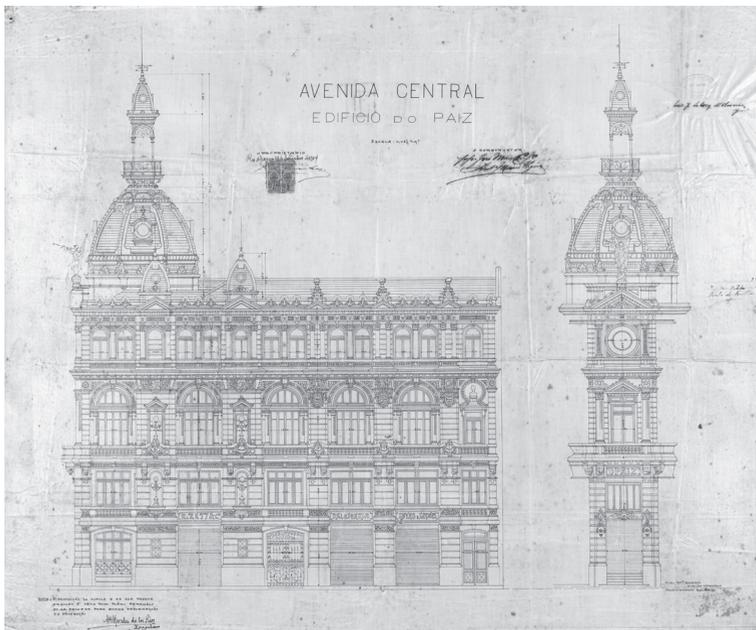


Imagem n.º 8 – Projecto do Edifício do jornal *O País*
(Fonte: Arquivo Nacional do Brasil)

O mesmo jornal refere que “É um monumento que não só honra o *architecto*, mas também ao construtor Sr. José Maria Pereira Junior, e a seus auxiliares, Srs. Antonio Alegria e Francisco Lopes”.

Em Janeiro de 1905, estava já pronto o telhado do edifício. De acordo com o jornal *O País* (de 27.01.1905, p. 1), “Foi hontem inaugurada a cumieira geral do novo edificio do Paiz (...). Às 3 ½ horas estava prompto inteiramente o telhado. Tocou a suspender e, d’ali a minutos, na futura sala da composição, já assoalhada definitivamente, a grande turma dos operários se servia do festivo repasto que lhe haviam destinado” (*O País*, de 27.01.1905, p. 1).

A mesma fonte reporta que foi feita uma homenagem ao construtor, por parte do director do jornal, João de Sousa Lage, que “levantou o primeiro brinde. Dirigiu-o ao distincto constructor civil o Sr. José Maria Pereira Junior que é a pessoa que se encarregou de levar a efeito o edificio do Paiz. O nosso companheiro exaltou, com palavras justas o valor profissional e a escola de trabalho do digno constructor. Elle está ausente, mas, apesar disso, e para prova de que dispõe de auxiliares optimos, que seguem a sua linha de conducta sem receios nem vacilações, ahí se achava o Sr. Antonio Alegria, seu representante, que continua maravilhosamente o seu exemplo. Na pessoa desse operoso cavalheiro foi feito o brinde ao Sr. José Maria Pereira Júnior (*O País*, de 27.01.1905, p. 1).



Imagem n.º 9 – Calçada à portuguesa, na Avenida Central, frente ao jornal *O País*

Como é referido no periódico *O Comentário* (Série III, nº 10 – Fevereiro de 1906, p. 126), o prédio, de reminiscências clássicas romanas e decoração simbólica, situava-se na Esquina da Avenida Central (hoje Avenida do Rio Branco), tinha 4 pavimentos e uma altura total de 35 metros, até à base do pára-raios. Foi construído por José Maria Pereira Júnior e teve um custo aproximado de 600:000\$00.

Em Outubro de 1905, Pereira Júnior tinha regressado de Portugal, a bordo do vapor *Thames*, juntamente com um conjunto de 35 operários contratados na Europa, com o fim expresso de construir passeios de ladrilho colorido, a aplicar na Avenida Central, nas imediações da sede do jornal *O País*. O modelo de calçada à portuguesa a imitar era o da Avenida da Liberdade, em Lisboa, e as obras teriam de estar prontas a 15 de Novembro desse ano, data da inauguração do edifício (*O País*, de 23.10.1905, p. 2).

4.3.3. A sede da Sociedade Rio Grandense Beneficente e Humanitária

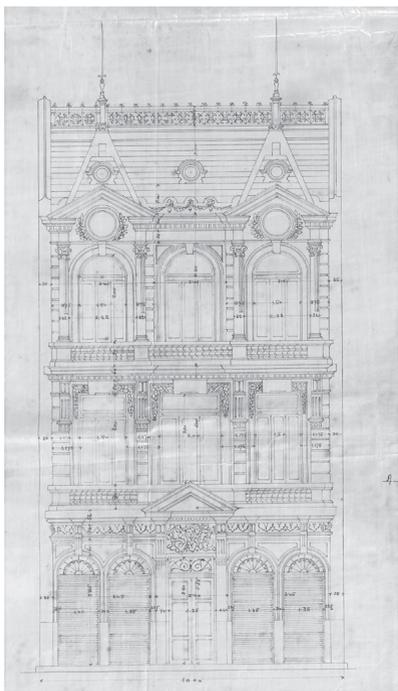


Imagem nº 10 – Sede da Sociedade Rio Grandense Beneficente e Humanitária
(Fonte: Arquivo Histórico do Brasil)

Em 1906, foi da responsabilidade de Pereira Júnior a construção da sede da Sociedade Rio Grandense Beneficente e Humanitária, no então n.º 183 da Avenida Central, tendo a primeira pedra sido lançada em 25 de Abril (*Correio da Manhã*, de 26.04.1906), prevendo-se a sua inauguração a 8 de Novembro. Na cerimónia teve lugar um ligeiro *lunch* em que foram erguidos vários brindes, designadamente ao presidente da Sociedade, ao arquitecto Morales de los Rios (autor do projecto) e ao construtor José Maria Pereira Júnior.

O jornal *Correio da Manhã* dá uma minuciosa descrição do edifício e seu recheio, ao referir a notícia do jubileu da Sociedade, “*O prédio, construído expressamente para a sociedade à avenida Central, nº 183, custou 170 000\$ tendo sido seu constructor José Maria Pereira Junior*” (*Correio da Manhã*, de 29.11.1907, p. 3).

4.3.4. A construção do prédio da Firma Sotto Mayor & Companhia

Em Outubro do mesmo ano, Pereira Júnior estava também a construir, na mesma Avenida Central (esquina da Rua de S. Bento), um prédio da firma Sotto Mayor & C.^a, onde decorreu um acidente²⁴. Tratava-se de “*uma grande casa cuja frente é toda de cantaria lavrada. As portadas são esculpidas e os trabalhos de cantaria que os remata também esculpidas*” (*A Notícia*, de 2/3.10.1906, p. 2).

De acordo com *A Notícia*, o desastre ocorreu no “*prédio em construção na Avenida Central n.º 26, esquina da rua S. Bento, prédio esse de propriedade da firma Sotto Mayor do qual é empreiteiro o Sr. José Maria Pereira Junior. Estava sendo colocada a cantaria das portas do andar térreo e (...) o mestre da obra, José Mirota, havia reservado o assentamento da cambota de remate da porta que forma o ângulo da Avenida com a citada rua*” (*A Notícia*, de 2/3.10.1906, p. 2).

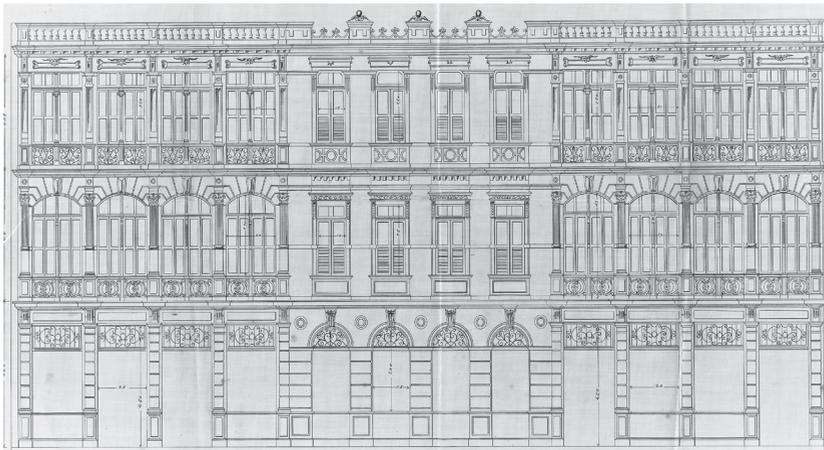


Imagem n.º 11 – Casas de Joaquim Felisberto Sotto Mayor
(Fonte: Arquivo Histórico do Brasil)

A referida cambota acabou por não se equilibrar no lugar em que, provisoriamente, se encontrava e acabou por ruir, arrastando consigo cinco operários que ficaram muito molestados. Foi responsável pelo projecto o engenheiro civil Vicente de Carvalho. O sócio principal da firma Sotto Mayor & Companhia era Joaquim Felisberto Sotto-Mayor.

24 *O Século*, de 2.10.1906. Em Setembro de 1905, num prédio sito na Rua 1.º de Março, propriedade de João Viana e do Conde de S. Cosme do Vale, a ser construído por Pereira Júnior, decorreu um acidente motivado pelo desabamento de uma parede divisória do prédio vizinho, o qual provocou diversas vítimas. Cf. *Correio da Manhã*, de 14.09.1905, p. 1.

Quem era este homem?

Joaquim Felisberto da Cunha Sotto-Mayor, de seu nome, nasceu em Lebução, concelho de Valpaços, em 11 de Março de 1845, filho de José Lino Cunha Sotto Mayor (de Chaves) e de Ana Luísa Garcês Palha (de Lisboa). Fez fortuna, no Brasil, na actividade comercial, sendo fundador da Firma Sotto Mayor & Companhia, no Rio de Janeiro. Foi aí que trabalhou seu sobrinho Cândido Sotto Mayor que, mais tarde, viria a fundar a Casa Bancária Sotto Mayor, a qual está na origem do Banco Pinto & Sotto Mayor. Regressado a Portugal, viveu na Figueira da Foz onde tinha vários negócios. Aí, mandou construir um belo palacete, inspirado nos palacetes típicos de França, sob traço do arquitecto Gaston Landeck. No interior, tem peças artísticas de António Ramalho, Dórdio Gomes e Joaquim Lopes²⁵. Faleceu na Figueira da Foz em 23.04.1933 (freguesia de S. Julião).

4.4. Outras obras e negócios

Entretanto, continuou Pereira Júnior a construção de diversas obras particulares, aprovadas pela Prefeitura, trabalhos que já, anteriormente, lhe tinham granjeado boa reputação de construtor. E assim, nos anos que se seguiram, até à viragem do século, José Maria Pereira Júnior submeteu à Directoria de Obras e Viação da Prefeitura grande quantidade de projectos de edifícios, os quais foram aprovados e executados, na sua maior parte.

Como é referido, os negócios de José Maria tornaram-se prósperos, sendo, em breve, considerado um construtor de renome. Esta intensa actividade empresarial, nos ramos da carpintaria, da marcenaria, da venda de materiais de construção, da serralha e da construção civil, especialmente dirigida à construção e reconstrução de prédios, trouxeram-lhe fama. As suas empresas ganharam foros de publicidade nas páginas da revista *Brasil-Portugal*, que se estenderam a dezenas de edições da mesma (*Brasil-Portugal*, nº 106, de 16 de Junho de 1903).

Por essa altura, estava Pereira Júnior de visita a S. Paulo, segundo relata o *Comércio de S. Paulo*: “*Acha se nesta capital, hospedado na Rotisserie, o sr. José Maria Pereira Junior, importante capitalista do Rio de Janeiro*” (*Comércio de São Paulo*, 4.10.1906, p. 2).

Entre 1903 e 1906, o prefeito Francisco Pereira Passos, num esforço para ampliar e modernizar algumas zonas do centro da cidade, resolveu abrir uma ligação entre a Lapa e centro histórico com a zona norte da cidade.

25 <https://anexosjopf.blogspot.com/2018/04/palacio-sotto-mayor-figueira-da-foz.html>

Foi então aberta a Avenida Mem de Sá, tendo sido vendidos em hasta pública vários lotes sobrantes. Destes, Pereira Júnior arrematou o lote nº 49 (por 4:000\$), os lotes n.ºs 52 e 62 (por 6.400\$e 5:000\$), estes na Rua do Lavradio e os lotes n.ºs 10, 12 e 14 na Rua do Riachuelo (por 4:000\$ cada um dos dois primeiros e 4:300\$ o último) (*Gazeta de Notícias*, 30.10.1906, p. 3). Também em outras zonas da cidade tinha prédios em construção que, depois, venderia quando concluídos. Existem, em vários jornais, registos de pedidos e despachos da Prefeitura, em relação a vários prédios de Pereira Júnior. No lançamento do imposto predial, para o exercício de 1908, é apresentado como proprietário de diversos prédios e terrenos na Rua do Riachuelo (n.ºs 239 a 251, onde se incluem sobrados, lojas, sótãos, terrenos, terrenos murados; n.ºs 2 a 32, que foram demolidos para alargamento da Avenida Mem de Sá; n.ºs 34 a 136, sendo alguns deles sobrados, lojas, telheiros, cocheiras, etc.) (*O País*, de 14.07.1907, p. 5).



Imagem n.º 12 – Anúncio da Firma José Maria Pereira Júnior
(Fonte: *Portugal-Brasil*, 1903)

Como adiante veremos, a aquisição destes lotes não trouxe o retorno esperado, ocasionando sérios problemas financeiros que levaram ao colapso da empresa, já que a crise financeira provocou a paralisação da construção de prédios.

4.4.1. Candidatura a obras públicas

Paralelamente à actividade empresarial de construtor, Pereira Júnior também se dedicou às obras públicas, às quais se candidatava por concurso.

Em Maio de 1905, o Tribunal de Contas aprovava o pagamento a Pereira Júnior da importância de 8:519\$60, de trabalhos executados, em Março, na Rua do Aqueduto, no Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, de 10.05.1905, p. 1).

Assim, nos inícios de 1907, apresentou proposta, na Direcção Geral de Obras e Viação, para a conservação de estradas suburbanas (*O País*, de 9.1.1907, p. 2). De igual forma, candidatou-se ao concurso, promovido pela Directoria Geral de Obras da Prefeitura, para “o fornecimento de esquadrias, madeiramento para o telhado, barrotes, parafusos e soalhos para a escola de Inhaúma” (*O País*, de 13.01.1907, p. 2).

Seguiu-se a apresentação de proposta, por parte de Pereira Júnior, na mesma directoria, para a reparação e aumento da ponte sobre o rio dos Frangos, na estação do Encantado (no valor de 10:250\$) e para a construção de um pontilhão de madeira na Rua Dr. Manuel Vitorino, também no Encantado (no valor de 8:950\$).

Foi executante, por proposta aceite na mesma Directoria, da empreitada para escavação e remoção de entulho das Avenidas Mem de Sá e Gomes Freire (*Correio da Manhã*, de 08.03.1907, p. 1 e 14.03.1907, p. 1). Refira-se que este trabalho lhe foi adjudicado, pelo valor de 39.800\$ (*Correio da Manhã*, de 14.03.1907, p. 1).

Apresentou proposta para o fornecimento de materiais de construção, em concurso aberto pela referida Directoria (*O País*, de 23.05.1907, p. 2), bem assim para a execução das obras de construção de um pontilhão na junção dos rios Bicas e Guitungue, no Porto de Irajá, pelo valor de 9:500\$ (*Correio da Manhã*, de 31.10.1907). Em 24 de Janeiro de 1907 foi contratado, pela Directoria de Obras e Viação da Prefeitura do Rio de Janeiro, para a conservação de estradas suburbanas (*O País*, de 24.01.1907, p. 2).

4.4.2. A Publicidade

Da sua intensa actividade e preparação profissional nos dá conta o anúncio afixado no periódico *O Subúrbio* que publicita a execução de empreitadas e construções, a sua especialização em construções de cimento armado e a sua competência para a organização de plantas, projectos e ornamentos. Refira-se que, nesta fase, a sede desta empresa é na referida Avenida Mem de Sá, n.ºs 48 e 50 (*O Subúrbio*, de 12.10.1907, p. 4).

No *Livro de Ouro*, já referido, é apresentada esta sua actividade, nos seguintes termos: “*Empreiteiro constructor, este nosso proclamo compatriota e querido amigo tem tido a seu cargo obras particulares e publicas de maior importância, e de todas tem desempenhado por modo a honrar, com irreprehensível exactidão, os compromissos tomados*” (*Livro de Ouro...*, p. 193).

4.4.3. As últimas obras e negócios

No ano de 1907, tal como foi referido, estava a construir a sede da Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária, num prédio de raiz, sito também na Avenida Central, o qual lhe foi adjudicado pela quantia de 170:000\$ (*Correio da Manhã*, de 07.12.1907, p. 2).

A nível de obras particulares, os jornais do Rio dão conta da aprovação de diversos processos de obras, requeridos por Pereira Júnior.

Entretanto, a sua actividade estendia-se a outros ramos de negócio; do facto nos dá conta uma notícia do *Correio da Manhã*, onde se refere que foi multado em 100\$000, numa loja sita na Rua 13 de Maio n.º 39, “*por estar comerciando em géneros sujeitos ao imposto de consumo, sem o competente registo*” (*Correio da Manhã*, de 07.12.1907, p. 2).

Em 1904, era também proprietário de um estabelecimento comercial, na Rua do Lavradio, cujas taxas não tinham sido pagas. Em 1907, era proprietário de um negócio no Largo da Matriz, tendo sido intimado pela Prefeitura para pagar multa, por incumprimento de posturas municipais e para proceder ao encerramento do mesmo (*O País*, de 16.06.1907, p. 3).

4.5. Os primeiros problemas financeiros das empresas

No ano de 1908, vêm a público os primeiros sintomas de problemas financeiros da firma de Pereira Júnior. Com efeito, foi dada a conhecer a realização de uma penhora, por parte do juiz da 3.^a Vara, a qual foi apresentada pelo Dr. Lamounier Junior, para pagamento de uma dívida de 100:000\$, “*que foi emprestada com a garantia hypothecaria dos prédios ns. 47, 49, 51 e 53 da avenida Mem de Sá e 8, 10, 12 e 14 da rua Riachuelo, com os juros de 12% ao anno e 18% no caso de mora, sendo a acção iniciada por não ter sido paga no prazo e não ter sido paga no prazo a primeira prestação*”. Por esse motivo, foram penhorados os prédios referidos, para pagamento do quantitativo da dívida e encargos, no valor actualizado de 116:000\$ (*O País*, de 17.06.1908, p. 7).

A situação financeira tendeu a agudizar-se, devido à grave crise financeira que assolou o país, o que afectou o mercado da construção.

Efectivamente, no mesmo ano, ao tempo em que construía mais uma casa, na Avenida Mem de Sá n.º 50, surgiu um litígio com vários credores, a propósito dessa obra. No processo, que correu termos na 1.ª Vara comercial, o juiz homologou uma concordata entre Pereira Júnior e os credores (*O País*, de 6.08.1908, p. 4 e 7 e *Correio da Manhã*, de 06.08.1908, p. 4). Entretanto, nos finais do ano de 1908, foi rescindida a concordata feita com os credores, tendo o Tribunal decretado a falência da Firma José Maria Pereira Júnior, à data de 11 de Junho.

Nos inícios de 1909, foi intentada, na 1.ª Vara Civil do Tribunal do Rio de Janeiro, uma acção ordinária em que eram autores José Joaquim de Oliveira e esposa e réus José Maria Pereira Júnior e outros (*Jornal do Brasil*, de 02.02.1909, p. 11).

Anos mais tarde, em 1913, o Banco do Brasil reclamava de José Maria Pereira Júnior e António José Moreira Alegria, seu sócio, ausentes em lugar incerto, o pagamento de uma letra não paga, no valor de 24:000\$, acrescido de encargos legais, num processo que correu termos na 6.ª Vara Cível do Tribunal do Rio de Janeiro.

Nas diligências efectuadas, em 25 de Abril de 1913, para notificação de Pereira Júnior, “*como seja na rua do Riachuelo, esquina da avenida Gomes Freire, armazém, rua do Machado Coelho n.º 56 e rua do Barão de Ubá, n.º 64, sendo-me informado que o referido José Maria Pereira Junior se acha ausente desta Capital em lugar ignorado*” (*Jornal do Comércio*, 16.05.04.1913, p. 11). O mesmo se passou com o sócio António Alegria, considerado ausente em lugar ignorado.

5. O “Outono” da vida e a morte do Comendador Pereira Júnior

Infere-se, por isso, que desde o Natal de 1907 até aos finais de 1915, Pereira Júnior deve ter-se recolhido na sua Casa do Paço, onde viveu estes últimos oito anos da sua vida.

Esta opção encontra justificação face às dificuldades financeiras das empresas de Pereira Júnior no Brasil, tendo os tribunais decretado a sua falência em 11 de Junho de 1909, como é referido. No entanto, os processos de execução, no Brasil, prolongaram-se até 1913.

Também em Vila Real, há indícios de dificuldades e reclamação de dívidas, como se infere de um processo de acção ordinária (ADVRL - PT/ADVRL/JUD/TJCVRL/C-B/053/55) que correu termos, no ano de 1910, no Tribunal da

Comarca, em que era autor Manuel da Silva Lino e réus José Maria Pereira Júnior e Joana Lopes Pereira, sua esposa.

Talvez, por essa razão, no mesmo ano, deu entrada, no referido tribunal, uma acção de simples separação de bens, requerida pela esposa contra José Maria Pereira Júnior, tentando ela, provavelmente, que a sua parte do património não fosse executada. Os referidos éditos, por 30 dias, “*citando as pessoas que pertenderem opor-se á acção*”²⁶ foram publicados no *Diário do Governo*.

Daí que, os últimos anos de vida do Comendador Pereira Júnior não devem ter sido fáceis, depois de cerca de três décadas de grandes sucessos e de grandes responsabilidades na gestão das suas empresas.

A notícia do seu falecimento chegou, pela imprensa brasileira, ainda que de forma discreta, nos meados de Novembro de 1915, quando Pereira Júnior tinha 61 anos, nos seguintes termos: “*Comendador José Maria Pereira Junior - Falecido em Portugal. David Haguenuer, sua senhora e filhos, tendo recebido a noticia do falecimento em Portugal de seu sogro, pai e avô Comendador José Maria Pereira Junior, fazem celebrar uma missa por alma do saudoso finado, no dia 19 do corrente, sexta feira, às 9 ½ horas, no altar-mor da igreja do Carmo. Antecipam os seus agradecimentos aos que a ela comparecerem*” (*Jornal do Comércio*, de 17.11.1915, p. 14).

5.1. Da divisão do património à morte da viúva

O processo de partilhas, face às dívidas existentes, não deve ter sido fácil. Com efeito, em 1922, correu termos, no Tribunal da Comarca de Vila Real, um processo de inventário obrigatório, em que é inventariado José Maria Pereira Júnior e Inventariante Joana Gonçalves Pereira, que também usava o nome de Joana Lopes Pereira. (ADVRL - PT/ADVRL/JUD/TJCVRL/C-B/082/1628; Cota actual Cx. 111).

5.1.1. Os testamentos da viúva

Em 16 de Maio de 1927, Joana Lopes Pereira, viúva, proprietária, residente em Abambres, na Casa do Paço, fez o seu testamento público, registado no cartório do notário Albertino Augusto Rodrigues da Costa, de Vila Real. As disposições gerais são as seguintes:

26 *Diário do Governo*, de 23.08.1910, a págs. 2934, e de 22.08.1910, p. 2923.

“Quer que se mandem rezar as seguintes missas: vinte por sua alma, vinte por alma de seu marido, dez por alma de sua sogra, dez por alma de sua mãe, e dez por alma de seu pae. Lega a suas duas filhas, dentro das partes disponíveis da sua herança a parte que tem na casa de sua habitação e do quintal pegado e bem assim tudo quanto então dentro delas se encontrar á hora da sua morte, não entrando neste legado a parte que tem no armazém que, digo armazém e lagares, que ficam em frente áquela casa, mas sim, com excepção do armazém e lagares, tudo quanto possui na Quinta do Paço, que é onde a testadora habita. Que aquelas suas legatárias ficam obrigadas a darem dous dias de agua em cada semana da que existe na referida Quinta aos possuidores dos prédios, digo Quinta a quem vier possuir os prédios dela testadora chamados Vale e Cancela, sitos no limite de Abambres. Lega a sua sobrinha Laurinda dos Santos, menor, filha de José Manuel Teixeira, de Abambres, a sua cama completa de roupas, o guarda vestidos e a lavatório com espelho que estão no mirante de sua casa e ainda a sua maquina de costura e os santos ou imagens que houver e o oratório que possui e mais cinco mil escudos. Lega a sua sobrinha Ana dos Santos Teixeira, de Abambres todas as suas roupas de uso, de vestir; Lega ao seu testamenteiro que vae indicar a quantia de mil escudos. Nomeia seu testamenteiro a José Manuel Teixeira, casado com sua sobrinha Ana dos Santos Teixeira, de Abambres. Revoga por este qualquer outro testamento que tenha feito com data anterior. Quer ainda que se mandem rezar dez missas por alma de seu sogro”.

Joana Pereira fará novo testamento, em 1930, o qual virá revogar o anterior, e que constituirá um volte-face, à luz do que nele estava estatuído. Nota-se, entretanto, que a filha Laurinda, contemplada no anterior testamento, tinha falecido, no intervalo entre os dois testamentos (1927 e 1930). Não sabemos as razões que a terão levado a alterar as disposições testamentárias de 1927; provavelmente, a morte da filha e algum desgosto com a sobrinha Ana dos Santos Teixeira estarão na base da alteração. A posição de José Manuel Teixeira, sua esposa e filhos fica francamente diminuída no último testamento em que lhe é destinado, tão-somente, um porco (ou parte dele, se for o caso) e as suas roupas pessoais.

As disposições são as seguintes:

“Quer que seus filhos lhe façam um en, digo um enterro decente, devendo o seu cadaver ser encerrado numa urna e mandando-lhe fazer ofício de corpo presente com a assistência de cinco padres; e mandando dizer as seguintes missas: dez por sua alma, dez por alma de seu marido; dez por alma de sua filha Laurinda; cinco por alma de seu pai, cinco por alma de sua mãe, cinco por alma de seu sogro, cinco por alma de sua sogra; Lega a José Manuel Teixeira, casado, de Abambres, o suíno que o mesmo estiver criando para ela e, caso no momento da sua morte nenhum suíno ele esteja criando para ela testadora, lega-lhe em tal caso toda a carne do suíno que ele lhe tiver criado nesse caso; Lega a sua sobrinha Ana dos Santos Teixeira, casada com José Manuel Teixeira, todas as suas roupas; Revoga por este qualquer testamento que tenha feito em data anterior”.

6. A Família Haguenuer e a sua ligação à família de Pereira Júnior

Os Haguenuer eram uma família judaica de comerciantes. Alguns deles foram perseguidos na Segunda Guerra Mundial, presos e mortos nos campos de concentração de Auschwitz.

6.1. Simon Haguenuer

Nasceu em 1845 e era casado com D. Franceline Haguenuer, nascida em 1851 e falecida em 15 de Maio de 1922, sendo pais de David, Alfredo e Júlia Haguenuer. Viviam na zona de Águas Férreas (ou Rua Alice, n.º 66 – Laranjeiras – Rio de Janeiro) e tinham um estabelecimento de câmbio, na Rua Primeiro de Março, n.º 15, tendo-se mudado, depois de um grande assalto, para a Praça 15 de Novembro. Em Abril de 1923, um ano depois de enviudar, retirou-se para França, com sua filha Júlia e trespassou a casa bancária a seu filho Alfredo. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 17 de Março de 1941 (*Gazeta de Noticias*, de 18.02.1941, p. 6), aos 96 anos de idade. O filho Alfredo, (*O País*, de 22.03.1916) que era subdirector da “Garantia da Amazônia” (seguros de vida e outros), serviu, durante muitos meses, no exército francês, desde o início da guerra. Morava, na década de 10, na Rua de Laranjeiras, n.º 529.

6.2. David Haguenuer

Foi genro de José Maria Pereira Júnior, filho de Simon Haguenuer e Franceline Haguenuer. Em 1934, era director gerente da Sociedade Anónima Martinelli, com sede na Avenida do Rio Branco, n.ºs 106-108. Em Junho de 1934, comprou a Sociedade. Em 1930, era presidente eleito da Directoria do Centro de Navegação Transatlântico. Em Fevereiro de 1935, apresentou demissão irrevogável do cargo que ocupava há 7 anos, o que não veio a consumir-se. Em 1935, era representante da Homeward Freight Conference e da Conferência do Mediterrâneo. Como profissional da área dos transportes marítimos tomou parte em várias negociações entre as classes profissionais e empresariais da área, tendo sido recebido, por várias vezes, por governantes, designadamente o ministro da Agricultura (1935). Faleceu em 22 de Junho de 1955, no Rio de Janeiro.

6.3. David Haguenuer, Filho

Filho de David Haguenuer e de Leonor Pereira Haguenuer, era neto de José Maria Pereira Júnior, sendo o menino que foi baptizado em Mateus, em 1908. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde se formou. Foi vogal da Directoria do Patronato Jurídico dos Condenados (1930). Tinha escritório na Rua Buenos Aires, n.º 47, no Rio de Janeiro. Foi director superintendente da Casa Colombo – Artefactos e Máquinas. Pertenceu ao Conselho Fiscal de várias empresas, designadamente a Companhia Hotéis Palace e a Companhia Imobiliária e de Fomento Agrícola. Exerceu advocacia e morava na Rua Bartolomeu Portel, n.º 25, Apt. 602, no Rio de Janeiro (em 1973). Aí faleceu em 12 de Setembro de 1973.

Considerações Finais

Pretende-se aqui apresentar mais um contributo para a história desta casa senhorial da freguesia de Mateus, num arco temporal de cerca de quatro séculos, primeiramente ligado à família Álvares de Barros, a qual se uniu, por casamento, aos morgados de Arroios, os Coelho de Freitas.

Neste estudo foi traçada a biografia do Comendador Pereira Júnior, o “brasileiro” e burguês que comprou o palacete brasonado dos Coelho de Freitas. Trata-se de um percurso de um homem nascido num “berço” muito humilde que, por via do trabalho árduo e inteligência, se tornou num bem-sucedido industrial

da construção civil do Rio de Janeiro, onde foi um dos maiores construtores, num processo documentado de ascensão social. Pertenceu à maçonaria e foi sócio benemérito de várias das instituições de assistência da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. Eram notáveis os prédios que construiu na Avenida Central e em outras paragens da cidade do Rio de Janeiro.

Infelizmente, quer as obras da Avenida Central, quer, sobretudo, os investimentos que fez em prédios para construção e venda, na Avenida Mem de Sá, não lhe proporcionaram o retorno que esperava, factos que foram agravados pela crise financeira de 1908, e que levaram à entrada das suas empresas em colapso financeiro. Salvou-se, para alguma alegria e conforto do Comendador, nos últimos anos de uma vida dura de trabalho, a sua Casa do Paço, o lugar idílico onde viveu, por certo, momentos felizes que lhe fariam esquecer as agruras da vida.

Cumprе referir que o presente trabalho foi tributário da disponibilização de fontes digitais, por parte do Arquivo Nacional do Brasil e da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, que permitiram aceder a processos de obras, plantas e projectos, fotografias, listas de passageiros dos vapores chegados ao porto do Rio de Janeiro e consulta de jornais, desde as décadas de 80 do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX. É excepcional o apoio prestado à investigação e à cultura por estas instituições do “País-irmão”. Da mesma forma, é de destacar a disponibilização de fontes digitais, por parte do Arquivo Nacional/Torre do Tombo, as quais foram muito importantes, também, para a reconstituição deste percurso biográfico, designadamente pelo acesso a registos paroquiais e processos de emissão de passaportes. Há ainda um longo caminho a percorrer, por parte da Biblioteca Nacional de Portugal, para a centralização e disponibilização de ferramentas digitais do acervo de periódicos portugueses, que permitam a consulta, por parte dos investigadores.

Aqui se partilha mais um modesto contributo para o conhecimento da história local da freguesia de Mateus — propósito que há várias décadas nos anima — e da diáspora vila-realense em terras de Santa Cruz, num processo que urge desenvolver, nos seus vários cambiantes, para um melhor conhecimento dos seus protagonistas e da sua acção em prol do desenvolvimento do nosso concelho e região.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional do Brasil

- **Relações de passageiros de vapores chegados ao porto do Rio de Janeiro**
- Cód. Ref.^a: BR RJANRIO OL.O.RPV, PRJ.9026 – Relação de passageiros do vapor Chili (RV 108); data: 19.03.1905.
- **SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional – Fundo da Comissão Construtora da Avenida Central - BR RJANRIO 1C**
- Projecto de dois prédios a construir na Avenida Central e Rua de S. Bento, propriedade de Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Maior (data: 11/04/1906)
- Projecto de prédio a construir para a Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária – Avenida Central, nº 183 (construtor: José Maria Pereira Júnior (data: 25.07.1906)
- Projecto de prédio a construir para a sede do jornal *O País* (21.09.1904).

Arquivo Distrital de Vila Real

- Registos Paroquiais/Freguesia de Mateus/Baptismos
- Registos Paroquiais/Freguesia de Mouços/Baptismos/Casamentos
- Fundo do Governo Civil/Emissão de Passaportes
- Fundo Notarial – Testamentos de Joana Lopes Pereira

BIBLIOGRAFIA:

- **Ferreira, Fábio** – *O Projecto de Cidade Republicana: o Rio de Janeiro da Belle Époque*, Revista Tema Livre – visualizado em 01.04.2020 em <http://revistatemalivre.com/bellepoque04>
- *Livro de Ouro comemorativo da visita de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brasil e da abertura dos portos ao Comércio Mundial. Homenagem ao Brasil e Portugal*, Lisboa, Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1908.
- *Memória da Destruição. Rio – uma História que se perdeu (1889-1965)* (2002), Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade,
- **Sousa, Fernando**; **GONÇALVES, Silva** (1987) – *Memórias de Vila Real*, 2.º volume, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, p. 493.
- **Teixeira, Júlio A.** (1990) – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, Vol. I, Lisboa, Reedição Fac-Similada de J.A. Telles da Sylva.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

- *Almanaque Henault*.
- *Almanaque Laemmert*: Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) 1891 a 1940.
- Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, publicação mensal; Redactor em chefe: O Grande Secretário Geral da Ordem, n.ºs 6 a 12 – 18.º ano. Agosto de 1893 a Fevereiro de 1894.
- *O Careta* (R.J.) (1922)
- *O Comentário* (RJ) – 1903-1906
- *Correio da Manhã* (R.J.) (1905 – 1908; 1955)
- *Correio Paulistano* (S.P.) (1894)
- *Diário Carioca* (R.J.) (1943)
- *Gazeta de Notícias* (R.J.) (1900 a 1919)
- *Jornal do Brasil* (R.J.) (1903-1915)
- *Jornal do Comércio* (R.J.) (1900 a 1909)
- *Jornal do Comércio*: Retrospecto Comercial (RJ) – 1875 a 1952.
- *A Noite* – (R.J.) (1922)
- *A Notícia* (RJ) 1894 a 1916.
- *O País* (R.J.) (1894 – 1908; 1934)
- *Rua do Ouvidor* (R.J.) (1907)
- *O Século* (R.J.) (1906-1908)
- *O Subúrbio* (R.J.) (1907-1908)
- *O Tempo* (RJ), 1892
- *A União* (RJ), 1905-1950

Biblioteca Nacional

- *A Vanguarda* (Coimbra) 1907

ANEXO I

Sumário: Obras de beneficiação do Teatro de S. Pedro de Alcântara (Fonte: *O País*, 27.02.1905, p. 2)

“Teatro S. Pedro de Alcântara.

Os Srs. General Cornelio Barros, engenheiro fiscal do Banco da Republica, e Antonio Alegria, representante do empreiteiro José Maria Pereira Júnior, que está ultimando a reconstrução do teatro de São Pedro de Alcântara, vieram convidar-nos para irmos hoje à noite a essa casa de espectáculos, ver os melhoramentos introduzidos e assistir á entrega da parte prompta – a platêa e a caixa – ao respectivo proprietário.

Sobre estas obras, que estão quasi promptas, tanto que, segundo consta, haverá bailes nas noites de carnaval, temos as seguintes notas, que informam suficientemente o leitor:

As obras foram contratadas com o empreiteiro e construtor civil José Maria Pereira Junior, sendo fiscal por parte do Banco da Republica o distincto engenheiro general Cornelio de Barros,

São as seguintes as obras, de que consta e reforma por que passou aquele teatro:

Rebaixamento do nível da platêa e construção de caixas harmonicas, afim de garantir a acustica do teatro, que não a tinha; reforma completa dos camarins da caixa e construção ahi de outras caixas harmonica; alteração no arco do proscenio, tornando-o mais elegante; abertura de novas portas e reforma das antigas, dando todas franca saida aos espectadores da paltêa, sendo empregado contraventamento de ferro de forma a tornar completa a sua solidez; abertura no tecto da platêa de cinco ventiladores; soalho e travejamento novo do salão de pintur, sendo nesse salão construida nova parede do lado da Praça Tiradentes; assentamento de duas amplas escadas, para acceso das galerias geraes, de fôrma a isolar por completo os espectadores dessas galerias dos camarotes e frizas; construção em um salão do andar terreo, que dá para a rua do Theatro, de amplos e hygiénicos mictorios; reforma completa dos toilettes de senhoras, de fôrma que em cada uma das ordens de camarotes há hoje amplos salões destinados a esse fim; reforma de toda a esquadria interna e externa e bem assim de todos os soalhos e forro; instalação nova de todos os aparelhos sanitarios e reforma completa dos encanamentos de agua potavel, existindo hoje no theatro abundancia desse liquido; reforma da fachada, aproveitada parte do plano projectado pela Prefeitura, sendo alli collocados os bustos de Martins Penna, Antonio José e João Caetano.

A pintura é geral e foi pelo empreiteiro confiada ao Sr. F. P. Colon. Artista modesto mas distinto. A instalação de aparelhos de iluminação foi feita pelos Srs. Alvaro de Andrade & C^a. “

ANEXO II

Sumário: Apreciação sobre a obra do construtor José Maria Pereira Júnior (Fonte: *O País*, 28.04.1906, p. 3)

“A Avenida. Aventuras extraordinarias de um poeta heroico.

O criado entrou com uma carta em uma salva de prata.

Depois de haver lido, disse-me o doutor:

- Trabalhos, Sr. Carreira. Sou o procurador e o superintendente de um primo riquissimo, que anda agora a percorrer curiosamente os campos da Mandetruria, recolhendo reliquias da grande guerra. Espero-o em setembro. Vem instalar-se, com fausto, em uma residência que, depois de acabada, será uma das maravilhas da cidade.

O plano é do Morales de los Rios, a execução de José Maria Pereira Júnior.

Eis um caso que, á primeira vista, parece de grande simplicidade e, entanto é dos mais difficeis – achar um constructor que execute uma planta, respeitando todos os detalhes e levando a termo o edificio sem que, depois de habilitado, o morador, sinta, com surpresa, o tecto derrear-se-lhe sobre o peito, desperte com o estrondo das paredes aluidas ou veja ou veja a casa afundar-se nos alicerces como se a terra se houvesse escancarado em brechas devoradoras.

Andei a informar-me e foi o Donato quem me inculcou o construtor José Maria Pereira Júnior.

Fui ao escriptorio do artifice, á rua de S. José, n. 62 e logo ao primeiro encontro comprehendí que a Providencia me emprestára a lanterna de Diogenes, porque o homem ideal foi encontrado. (...)

Todos os predios construidos por Pereira Júnior reúnem á belleza mais rija solidez. Possuindo o segredo da elegancia que tanto sobressae na edificação dos gregos, parece haver sido o superintendente de Israel na construcção das pyramides, essas fabricas que hão de acompanhar a vida do planeta, porque de balde os seculos passam sobre ellas e quanto mais vencem os annos mais resistentes se mostram as formidaveis moles.

No Hamlet um dos coveiros affirmam que o operario que controe a obra eterna é o coveiro – louvor em boca propria – porque os tumulos resistem até o dia de juizo. Vivesse o José Maria Pereira Junior no tempo de Shakespeare estou

certo de que o grande poeta não commeteria a injustiça de attribuir a um funebre cavador a gloria que, com muita justiça, cabe áquelle que levantou o palacio onde se acha instalado O Paiz, uma das grandiosas contrucções da Avenida, reformou os nossos dois maiores theatros – o Lyrico e o de S. Pedro – erigiu as casas de Sotto Mayor & C. e o palacete da Sociedade Riograndense e vai por ahi cobrindo os terrenos da cidade com verdadeiras e solidas bellezas. (...)

Não basta fiscalizar o trabalho, é preciso conhecer os elementos com que se vai levantando a construcção para que não succeda o que, todos os dias vemos apontado nos jornaes – casas que se achatam mal os pedreiros retiram os andaimes.

Desde que o Pereira Junior iniciou os trabalhos – a casa em Copacabana – até hoje eu só tenho tido motivos para louval-o. Ainda que um terremoto sacudisse com frenezi a nossa cidade estou certo de que o palacete do meu primo onde já começam os trabalhos os estucadores não perderia um tijolo. É preciso ver como aquillo está feito e nem por ser uma construcção cyclopica dá impressão de massa pesada, ao contrario, tem a apparecida graciosa de uma fragilidade. Pereira Junior não é um homem, é a propria ubiquidade. Em todos os cantos da cidade os seus operarios trabalham, pois elle, o director, cujo olhar é de uma agudeza admiravel vai a toda a parte – é visto no Engenho Novo e na Avenida, na Tijuca e em Copacabana, em Nitheroy e na Gavea e não se limita a olhar, examina e se encontra que emendar não se fia em subordinados, fica para assistir á correcção e parecendo-lhe que uma parede não tem solidez manda derrubar-a, refal-a de novo e só se dá por satisfeito quando sente o edificio em bôa base, firme, capaz de manter o seu nome. (...)

*São assim as construcções do José Maria. Que importa que o tempo devastador passe por **ellas, a sua acção destructora, como a da vaga, só serve para tornar patente o merito do constructor. Alem disso, o gosto...***

Ah! Meu amigo, é preciso ver a linda residencia. Como tudo está combinado. Havemos de lá ir uma manhã ou uma tarde. Gozar o lindo espectaculo daquella costa e admirar o trabalho do Pereira.

Appareceram-me outros constructores, alguns com propostas mais commodas de uma vida preciosa e de um thesouro artistico - porque, pelo que me diz o primo nas cartas que me escreve, elle traz riquezas, verdadeiras riquezas!

Aqui me manda dizer o Pereira que vai começar a pintura da sala de jantar. Digo pintura porque são artistas laureados que vão ornar as paredes do comedouro do meu parente. Vai ficar um encanto! Enfim ... é para quem pode.

Mas veja o Sr. Carreira, havendo entre nós constructores como o Pereira, os nossos proprietarios, imaginando fazer economias, entregam-se a homens que

nada percebem de maçonaria e de gosto então, que direi! O resultado é a falta de solidez e o espalhafato ridículo de certas casas que por ahí vemos, hediondas barracas de feira, sarapintadas de tolices.

ANEXO III

**Fonte: Livro de Ouro comemorativo da visita de Sua Magestade
El-Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brasil ... p. 192-194**

“Commendador Jose Maria Pereira Junior

Sendo transmontano, levou para o Brazil da sua região natal toda a lhaneza e simplicidade de trato tão peculiares dos homens educados fóra dos convencionalismos piégas duma sociedade dominada pelos preconceitos de etiqueta, baseados em formulas sociaes enganosas e logo á primeira vista reconhecidas como produto da ficção mais condemnavel.

Alma pura como o puro ar das montanhas que o viram nascer, o Commendador José Maria Pereira Júnior desconhece completamente o véu que encobre hypocrisias e falsidades, porque embora tenha experimentado umas e outras, nunca conseguiu supor, tal é a ingenuidade do seu todo que ellas possam existir.

Conviver com esse portuguez de lei, auscultar os seus sentimentos, observar, observar a sua bondade, sem concepção e sem reserva, é prognosticar n'elle um caracter de boa lei, um sincero, um bom.

Dahi a acessibilidade que a todos faculta, a bondade que a todos dispensa, a grandeza de alma em que envolve quantos d'elle se acercam. Vive mais para os outros do que para si próprio; isto prova o numeroso exercito dos seus amigos e a inteira ausência de inimigos na ampla testada da sua vida e da sua personalidade.

Está no Brazil há trinta anos, os que passam desde que, sahindo de Villa Real de Traz os Montes, formosa villa e capital de districto, onde nasceu, para procurar longe da pátria o futuro que esta lhe não oferecia, segundo a maneira de vêr do seu criterio de adolescente.

Leváva na bagagem, como único cabedal para tentar fortuna, o amor ao trabalho, e a saudade da família e da terra de /p. 193 / quem se separava. Como reforço d'esse material, para construir um futuro segundo o plano que delineára, conduzia em si mesmo o sentimento próprio d'uma organização moral generosa e boa.

Seria necessario muito mais para abrir largo caminho a quem aspira á posse de grandes riquezas; mas José Maria Pereira, apoiado na sua muita modestia, considerava então e considerou sempre a estima geral como a melhor das

fortunas. Essa estima nunca lhe faltou, porque atraindo todos pela simplicidade de suas maneiras e pela bondade do seu coração, vê-se cercado de sympathias capazes de despertarem inveja aos que blasonem de maior popularidade.

Contando mais com as necessidades dos outros que com as próprias, os recursos e valimentos descem em caudal sem medida a minorar os soffrimentos e a mitigar todas as dores do angustiado infortunio.

Se não fôra essa irresistivel tendencia de Benemérito, o Comendador José Maria Pereira Junior, poderia exhibir oppulencias entre os mais oppulentos; porque, empreendedor e trabalhador incançavel, poucos homens haverá que maior producto tenha tirado da sua actividade n'um labor constante, obediente aos puros preceitos da honradez immaculada.

Empreiteiro constructor, este nosso proclaro compatriota e querido amigo tem tido a seu cargo obras particulares e publicas de maior importância, e de todas se tem desempenhado por modo a honrar, com irreprehensível exactidão, os compromissos tomados.

Foi elle quem introduziu no Rio de Janeiro e dirigiu o systema de calçamento á portugueza nos passeios da avenida central, que dá a essa formosissima arteria da cidade Fluminense, o mais formosissimo e encantador aspectu.

Como recompensa da sua iniciativa e dos seus serviços á industria foi-lhe concedida a commenda de Merito Industrial, honorabilidade que a nosso ver, melhor se casa com aspirações do homem moderno e com o meio progressivo que atravessamos, no qual as conquistas do trabalho e do saber são consideradas as mais dignas de distincção e aquellas que mais significam as sociedades.

Durante a sua já longa existência no Brazil, varias vezes tem vindo á Europa impellido pela nostalgia da sua e nossa pátria querida; e aqui como no Brazil, conquistou estimas dedicadas e perduráveis.

Sua esposa e filhas são um auxiliar dedicadíssimo na sua expansão dos sentimentos humanitários, do nosso compatricio e amigo, compreendendo-lhe o character e os desejos em relação á sociedade em que vive; com elle formam um todo que irradia as acções mais benéficas e filantrópicas.

Todas as sociedades portuguezas do Rio de Janeiro contam o seu nome no registo dos seus sócios mais prestimosos, como o paiz pode contar com a sua dedicação de filho amantíssimo que jamais esquece a pátria onde nasceu.

* * *

Foi concluído este estudo, dedicado à memória de meus Pais, António Joaquim e Maria Luísa, na Quinta da Levandeira (Abambres), em Maio de 2020 (Ano fatídico da Covid-19)

*** O texto, por opção do autor, não respeita o Acordo Ortográfico em vigor.**

Agradecimentos

- Ao Dr. A. M. Pires Cabral, pela aprovação, para publicação, deste trabalho.
- Ao Sr. Elísio Amaral Neves, grande conhecedor e estudioso da história local vila-realense, por toda a colaboração prestada.
- Ao meu irmão José Conde, grande interessado pela História da nossa terra e meu primeiro leitor, pela assídua colaboração na obtenção de alguns documentos.
- À Inês, minha filha, pelo cuidado na revisão do texto.
- Aos colegas e amigos, de Abambres, com quem contactei para reconstituição de contextos.
- Ao Sr. Director do Arquivo Distrital de Vila Real e ao Sr. Director da Biblioteca Municipal de Vila Real.
- Aos Srs. Presidentes da Junta de Freguesia de Mateus e da União de Freguesias de Mouçós e Lamares.

Alguns temas da iconografia mariana da literatura apócrifa e da piedade popular na arte periférica da região duriense Setecentista — do *Nascimento* aos *Desposórios*

Armando Palavras

Objecto de estudo

Interessa notar que o objecto de estudo é composto por um conjunto de tectos de igrejas e capelas periféricas de região duriense, no período de Setecentos. Na sua maioria compostos por pequenos caixotões historiados, representando individualmente episódios das cenas sagradas de qualidade artística irrelevante, mas que no seu conjunto atizam os sentidos do observador. À excepção dos de Santa Leocádia e de Barcos, apresentam deficiências artísticas em termos estéticos e formais. São fruto de escolas de artesãos, cujos conhecimentos foram transmitidos ao longo de gerações. Noutros casos, como por exemplo os da Senhora do Pópulo (capela-mor), Mesão Frio e Cever são mesmo de cariz popular. De artista local (ou das redondezas) sem formação de oficina.

As imagens também não estão nas melhores condições, mas são as que se puderam arranjar. Os tectos das igrejas são altos e a luminosidade das mesmas é quase inexistente.

Dos seus artífices e artistas, na sua maioria pouco se sabe. Os contratos de pintura são mais raros do que os de outros ofícios¹. Contudo, a sua raridade é, muitas vezes, colmatada com a inscrição de cronogramas que nos indicam a época em que as pinturas foram realizadas. E a muitos deles, foram acrescentados os nomes dos seus promotores e dos pintores em alguns casos.

Nos Avantos, por exemplo, sabe-se que a sua igreja foi intervencionada por um artista com alguma envergadura regional. Damião Rodrigues Bustamante, natural de Valladolid², construiu no ano de 1759, como mestre-de-obras de pedreiro, a fachada e todo o corpo da igreja de Santa Cruz de Miranda do Douro³. Em 1773, porém, executou a pintura da capela-mor (onde está o cronograma da data e o seu nome) da igreja dos Avantos, no concelho de Mirandela, uma obra considerável.

No corpo da capela de Nossa Senhora do Pópulo, em Alijó, está inscrito o cronograma de 1771, juntamente com a assinatura do autor: Bartholomeu de Mesquita. Os painéis do tecto da capela-mor, não foram executados por Bartholomeu de Mesquita, mas por artista local popular.

Na igreja matriz de Barcos, no concelho de Tabuaço, num dos painéis da capela-mor está inscrito o cronograma de 1728. Alexandre Alves apresentou uma escritura datada de 12 de Janeiro de 1793, em que é contratado José Cardoso Rebelo, natural de Tabuaço, para a obra de carpintaria, pedraria e pintura da igreja paroquial de Barcos, que pertencia ao padroado do Real Convento do Santíssimo Coração de Jesus, de Lisboa⁴. Não existe, portanto, nenhuma relação entre o pintor de 1728 e o de 1793.

Concluindo, em muitos destes templos religiosos, a informação sobre a época e os seus artífices é transmitida através destes cronogramas⁵.

1 Sabemos que em Sedielos a pintura foi feita por Bartolomeu de Mesquita Cardoso, escritura que assinou a 13 de Julho de 1755.

Alexandre Alves apresenta bastantes contratos na parte sul do Douro, e nós cerca uma dúzia (revista *Tellus*, nº 65, Vila Real).

2 GONZALEZ, José (1983), *Damian Bustamante y su obra portuguesa*, Mundo da Arte, nº13, pp. 2-11.

3 MOURINHO, Rodrigues (1995), *Arquitectura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança*, Sendim, pp.60.

4 ALVES, Alexandre, (2001), *Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu*, Ed. Governo Civil do Distrito de Viseu, III Vol, pp.12-13.

5 Em Santo Antão da Barca (Alfândega da Fé), estava inscrita a data de 1779; na capela de Nossa Senhora de Jerusalém (Sendim da Serra — Alfândega da Fé), o de 1856, pintura laborada pelo mestre pintor Sebastião José Ferreira Pinto. Em São João de Castedo, o de 1774; em Vila Flor, o de 1787; em Fontes o de 1775; na igreja de Távora, o de 1779 (pintura da capela-mor mandada executar pelo Dr. António Luís de Souza, abade da igreja de São João Baptista de

Em termos iconográficos as fontes foram diversas, mas com predomínio das neerlandesas⁶, como é sustentado por Vitor Serrão no seu recente trabalho sobre o calendário da Sé de Miranda⁷, ou por nós em estudo sobre a bandeira processional das Almas de Lagoaça⁸.

Episódios da vida de Maria

À omissão nos evangelhos canónicos sobre o nascimento, os anos de infância e juventude da Virgem Maria e sobre o nome de seus pais, responde a literatura apócrifa e a piedade popular, satisfazendo a curiosidade dos fiéis. Entre a diversidade dos evangelhos apócrifos, os mais bem informados são o *Proto-Evangelho de Santiago*, o *Evangelho do Pseudo-Mateus* e o *Evangelho da Natividade da Virgem*. Os episódios neles relatados são, mais tarde, transpostos para a *Lenda Dourada* de Santiago de Vorágine e para o *Speculum Historiae* de

Távora); na capela dos Caiados em Trevões, o de 1771 (as pinturas executadas por Pascoal Parente. Artista italiano, natural de Resina, Nápoles, chegou a Portugal em data desconhecida, sabendo-se que em 1756 estava já a trabalhar em Coimbra (DIAS, 1976). É bastante extensa a obra que lhe é atribuída na região de Coimbra, de Viseu, e das Beiras. Em Trevões, na casa Caiado Ferrão, a sua actividade centrou-se na capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, onde executou o retábulo, o tecto da nave, e os frescos das paredes. As pinturas do forro de algumas salas do edifício de habitação eram, também, da sua autoria, mas infelizmente, não se conservaram até aos nossos dias (CRAVEIRO, 1982, p. 12); em Riba Longa (Carrazeda de Ansiães), o cronograma está incompleto, mas supõe-se que indique um ano do último quartel de Setecentos; em Foz Côa, a pintura do tecto da Igreja Matriz foi executada por António Pinto e Souza em 1767 e a de Fonte Longa (Meda), em 1799. Longroiva, Freixo de Numão, Fontelas (Régua) e Pereiros (Carrazeda) apresentam pinturas oitocentistas. Em Longroiva a pintura da capela mor foi executada em 1862 e a da nave em 1856, a de Fontelas em 1818 e a de Pereiros em 1834. Nesta o cronograma é acompanhado por um texto onde se diz que a obra foi feita pelo povo, sendo reitor o reverendo João de Sampaio Castro Barro e o juiz António José Joaquim Borges. No corpo da igreja da Régua parece estar inscrito o ano de 1790, junto do anjo com trombeta.

6 E italianas.

7 *Os Retratos dos Meses da Sé de Miranda do Douro – Uma rara Alegoria pintada em Antuérpia por Pieter Balten*, DRCN, 2019.

8 *A Bandeira das Almas de Lagoaça* (Análise iconográfica), PROCER- Edições e Comunicação, S.A., Vila Verde, Oliveira do Bairro, 2020.
Neste ensaio só não foi mencionada a gravura de Pieter de Bailliu (1613-1660), publicada por Gio. Batista de Rossi na Piazza Navona.

Vincent de Beauvais⁹. Porém, os que referem os pais da Virgem inspiraram os artistas ocidentais graças ao culto tardio de Santa Ana na Idade Média.

Um tema extenso, para um escrito de género, só é possível quando selecionados os episódios. Foi o que fizemos. Muitos destes episódios foram introduzidos na arte cristã pelos evangelhos apócrifos, pelos escritos dos místicos como Santa Brígida, e popularizados pelo teatro dos Mistérios. A iconografia cristã foi assim toda ela influenciada por esta literatura, incluindo os episódios considerados canónicos. Foi o caso da “Adoração dos Pastores”, a “Adoração dos Reis Magos”, a “Fuga para o Egipto”, a “Crucificação”, etc.

Por essa razão, a este escrito dedicamos apenas atenção aos episódios exclusivamente apócrifos sobre a vida da Virgem. E apenas os que englobam o período que vai do *Nascimento* aos *Desposórios*.

1 – Ana e Joaquim

Nas representações desta “lenda” podem distinguir-se os ciclos (de Ana e Joaquim) e os episódios isolados, as cenas. De facto, nas igrejas durienses não existe nenhum ciclo. São representados vários episódios isolados da lenda: a *oferta de São Joaquim recusada*, *Joaquim entre os pastores*, *Anunciação a São Joaquim*, *Anunciação a Santa Ana*, a *oferta aceite* e, finalmente, o *encontro na Porta Dourada*. Apenas trataremos o último, pois é o único representado.

Este tema é ilustrado em dois painéis durienses. Em **Mesão Frio** (Fig. 1) e nos **Avantos** (Fig. 2), com detalhes que os diferenciam. Em ambos o episódio é representado segundo o modelo da *Visitação*.

Em **Mesão Frio**, o casal idoso abraça-se, dando o beijo no centro do arco da *Porta Dourada*. Ana cobre a cabeça com um longo véu e veste uma túnica rosa e um manto azul. Características da indumentária normalmente atribuída à Virgem Maria. Joaquim, um homem idoso com barba, veste uma túnica verde e um manto vermelho.

9 Por outro lado, todos os elementos desta história, narrada na literatura apócrifa, foram recolhidos no Antigo Testamento. De facto, as semelhanças entre a lenda de Ana e a história da sua homónima Hanna, mãe de Samuel, relatada nos livros dos Reis, são evidentes.

O tema dos esposos idosos que depois de muitos anos de matrimónio estéril são agraciados com um filho pela graça divina, é comum na Bíblia. Aliás, este tema lendário é universal. Os episódios bíblicos onde se repete são vários: Abraão e Sara, pais tardios de Isaac; Manué, pai de Sansão; Zacarias e Isabel, pais de João Baptista.

Na verdade, tudo indica que os autores apócrifos se limitaram a copiá-los, aplicando-os aos pais simbólicos da Virgem.

Nos **Avantos** o casal abraça-se um pouco desviado da *Porta Dourada* que serve de plano de fundo ao painel. A indumentária de Ana é igual à do painel anterior e a de Joaquim também.

O painel de **Mesão Frio** utilizou as mesmas fontes iconográficas que foram usadas para a pintura de Pedro Nunes (1586-1637). Entre outras citem-se a pintura de Niklaus Manuel Deutsch (1520), onde a riqueza de pormenores é evidente, retratando ainda uma figura feminina que observa o casal, e a estampa de Albrecht Dürer que coloca a *Porta Dourada* em primeiro plano e em segundo o casal idoso observado por um pequeno conjunto de pessoas que comentam, entre as quais se encontra um homem idoso que inicia o movimento de se ajoelhar. O fundo é composto por um aglomerado de casas e uma paisagem nórdica. Da mesma forma é gravado o tema em estampas de artistas anónimos¹⁰.

O painel dos **Avantos** é fundamentado noutra tipo de fontes. A xilogravura publicada por Capcasa na *Lenda Dourada* em 1494 e no fresco de Giotto (1303-1305). Além do casal, o pintor italiano representa ainda um grupo de cinco figuras femininas. Que corresponderão ao séquito de criadas do casal.

Na Idade Média, este episódio é representado de acordo com o modelo da *Visitação da Virgem*. Os velhos esposos abraçam-se com alegria, da mesma forma que as duas primas. Por vezes, de igual modo, como Isabel se ajoelha perante Maria, Ana ajoelha-se perante Joaquim¹¹.

Os episódios novelísticos da literatura apócrifa podem resumir-se ao seguinte: após vinte anos de matrimónio com Ana, Joaquim via-se na eminência de não ter descendência. Para os judeus, a esterilidade era considerada uma maldição divina. Além do mais, o sumo-sacerdote havia recusado a oferenda que Joaquim quisera dedicar ao Templo. Ofendido, retirou-se solitário para junto dos

10 Estas estampas podem ser consultadas em *The Illustrated Bartsch*.

11 No lintel da porta de Santa Ana de Notre Dame de Paris, Joaquim chega à Porta Dourada, a cavalo. Esta variante volta a encontrar-se numa miniatura Alemã do século XII que ilustra "A Vida da Virgem" de Wernher (Bíblia de Berlim): em vez de se abraçar a Ana, Joaquim agacha-se a seus pés. Por vezes, um anjo guia Joaquim até Ana, outras vezes plana sobre as suas cabeças enquanto estes se beijam. Detalhe que se encontra em Itália, em Giotto, Nardo di Cione; em Vivarini e num quadro da escola provençal do século XV (1499), no Museu de Carpentras. O Tema foi tratado com frequência na escola espanhola século XVI. De facto, o tema do beijo foi bastante difundido no século XVI. Mas havia sido representado desde o princípio do século XIV por Giotto. A partir da Contrarreforma o tema do beijo perde a sua popularidade devido ao aparecimento da nova simbologia da *Imaculada Conceição*, evocada pela Virgem das Litanias, descendo do céu, como sucede com a imagem de Cever (Fig. 3), fundamentada em gravuras como a que representa a Anunciação a Santa Ana, século XVI, de autor desconhecido (Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (inv. 1713).

seus pastores. Todavia, o Arcanjo Gabriel apareceu-lhe e do mesmo modo que fizera com Ana, solitária em Jerusalém, vaticinou-lhe o nascimento da Virgem.

Conta a lenda que os velhos esposos se encontraram na *Porta Dourada* de Jerusalém, abraçando-se com alegria e do seu beijo nasceria a Virgem Imaculada, mãe do Redentor.

A Anunciação a Santa Ana

Conta a lenda que o Arcanjo Gabriel apareceu a Santa Ana anunciando-lhe o nascimento de Maria.

2 – A Natividade da Virgem Maria

O Nascimento da Virgem é representado em quatro painéis durienses. Em **Mesão Frio** (Fig. 4), **Tabuaço** (Fig. 5), **São Miguel de Lobrigos** (Fig. 6) e **Cever** (Fig. 7). Existe, no entanto, um quinto em **Oliveira** (Fig. 8), numa parede lateral da nave da igreja.

Os quatro primeiros seguem as recomendações da tradição convencional. O de Oliveira, acrescenta outros detalhes de outras tradições.

No de **Mesão Frio**, em primeiro plano estão representadas duas mulheres que desenrolam a criança dos panos brancos que a cobriam, preparando-se para a lavar numa bacia. Junto delas, uma terceira figura ajoelhada segura um círio aceso. Por trás dessa figura está uma taça enorme, espécie de pia baptismal. Em frente da bacia encontra-se um jarro para verter água e uma lareira ladeia as duas mulheres. Em plano de fundo a parturiente encontra-se deitada coberta por um fastoso baldaquino. Junto dela uma figura masculina segura um círio aceso.

O painel de **Tabuaço** segue um esquema semelhante. Invertem-se, contudo, as posições. A parturiente é representada em primeiro plano com duas figuras femininas à cabeceira. Em segundo plano a criança está de pé e nua dentro da bacia. Junto dela estão três figuras femininas. A janela aberta do compartimento deixa antever uma paisagem luminosa.

Os painéis de **São Miguel de Lobrigos** e de **Cever**, seguem as composições dos anteriores, diferenciando-se em pormenores irrelevantes.

O painel de **Oliveira** é legendado assim: “O Nascimento da Gloriosa Virgem Maria”.

O maravilhoso popular mencionado nos textos apócrifos é aqui minuciosamente ilustrado.

A composição, contudo, bem como a expressividade do painel, como os anteriores, pertencem a uma escola artesanal. Neste caso, contudo, os artistas possuíam alguma noção de perspectiva. O painel possui cor, fundamentalmente o verde, o azul e o amarelo, e o panejamento já é bastante elaborado, em relação aos painéis anteriores, que são fruto de artistas populares.

O painel é composto por quatro planos essenciais. No primeiro, no lado direito está uma mesa posta com alguns objectos sobre uma toalha vermelha. No segundo, dois anjos ajoelhados (um vestido de amarelo e outro de branco) embalam o berço onde se encontra a Virgem bebé dormindo, tapada por um manto vermelho sobre a qual desce o Espírito Santo rodeado de seis anjos. O terceiro é constituído por dois anjos músicos vestidos de vermelho e azul ligeiramente afastados do berço, juntamente com a avó de Maria sentada, costurando junto de uma rica lareira com um enorme borralho, indicando-nos que o acontecimento se teria passado no Inverno.

Ao representar quatro anjos em volta do berço, terá o artista pretendido representar os quatro serafins? Nos primeiros tempos, além de São Miguel, São Rafael e São Gabriel, também São Uriel era um anjo de grande devoção. A partir de certa altura foi retirado do cânone da Igreja, mas em termos populares continuou a ter muitos devotos e muitas Igrejas ainda hoje lhe continuam a render devoção.

O quarto plano é composto pela parturiente, a mãe de Maria, no leito, recuperando do parto numa cama de pessoa de grandes posses¹². Como elementos acessórios o artista pintou no último plano uma porta e duas janelas das quais apenas se vislumbra o tom azulado do céu.

De certa forma, há neste painel um regresso à tradição popular segundo a qual os anjos haviam descido do céu para celebrar o nascimento da sua futura Rainha. Velam o seu berço e descrevem uma alegre ronda sobre a sua cabeça, cantando em sua honra.

No século XVII, na iconografia inspirada no Concílio de Trento, os anjos rodeiam a Virgem recém-nascida, para elevar o seu nascimento ao mundo divino. Contudo, este motivo é muito anterior aos preceitos tridentinos. Aparece cerca de 1520 na ronda dos anjos de Altdorfer.

A sua festa fixada arbitrariamente a oito de Setembro tem sido fruto de especulações teológicas¹³. Ignora-se o local do seu nascimento. Uns opinam

12 O Proto Evangelho de São Tiago dá-nos informação das imensas riquezas que o casal (Ana e Joaquim) possuía.

13 O sol, dizem, nesta festa entra no signo de Virgem, assim como Cristo entrará no ventre de Maria.

que nasceu em Jerusalém, outros em Nazaré ou em Belém.

À ausência de detalhes, os artistas copiaram a Natividade da Virgem da Natividade de Cristo. Normalmente Santa Ana está encostada ou sentada em sua cama, assistida por duas ou três mulheres que vertem água com um cântaro sobre as suas mãos¹⁴. Algumas representações acolhem detalhes fundamentados na iconografia bizantina, como por exemplo, uma das mulheres agitando um mata-moscas colocada por trás da cabeceira da cama, por cima da cabeça de Ana. Detalhe que se encontra na escola de Siena, no século XIV, na pintura de Pietro Lorenzetti.

Como na Natividade de Jesus, o motivo bizantino do banho do Menino persistiu no tempo. As parteiras lavam a pequena Maria numa cuba ou numa pequena banheira.

A pintura realista do século XV excede-se nesta representação, grande era o fervor religioso popular. As vizinhas acodem a visitar a parturiente para com ela falar, levando-lhe presentes. Aquecem a água e tiram panos da cómoda. *A Natividade da Virgem* tornou-se então, uma cena de género.

Todavia, a partir do século XVI houve uma reacção a esta cena burguesa e prosaica da lenda mariana. Altdofer transforma a habitação onde se passa a cena numa nave de igreja.

As fontes iconográficas para os dois primeiros painéis são diversas. Excluindo alguns detalhes próprios da época ou da imaginação dos artistas, o tema foi sempre representado com as mesmas características.

Para os primeiros dois painéis apresentam-se as seguintes fontes: Pietro Lorenzetti (1332), Gaudenzio Ferrari (1545), Andrea di Bartolo, Vittore Carpaccio, Domenico Ghirlandaio, Leinhardt von Brixen, Bernardino Luini e obras da escola italiana de Setecentos.

Para o painel de Oliveira são apresentadas duas fontes fundamentais, embora o pormenor do anjo exista na pintura de Leinhardt von Brixen. São elas “Liber Hymnorum” de liturgia arménia, sem data, e a gravura do Livro “Mystica Ciudad (1736) de Dios” de Sórora Maria de Jesus. É, neste caso, uma cópia integral¹⁵.

14 Na verdade, parece existir uma ligação entre estas três mulheres e as três Parcas da mitologia grega, sempre presentes no nascimento de uma criança.

15 Estas fontes podem ser consultadas na Biblioteca da Ajuda – Lisboa.

3 – A Apresentação da Virgem no Templo.

Este tema recolhido na literatura apócrifa, especificamente no *Proto-evangelho de Santiago* (capítulos VII e VIII) e no evangelho do Pseudo-Mateus (capítulo IV) foi, na Idade Média, popularizada pela *Lenda Dourada*.

Existem cinco iconografias durienses que representam o Tema: **Cever** (Fig.9), **Santa Leocádia** (Fig.10), **Tabuaço** (Fig.11), **Barcos** (Fig.12) e **Oliveira** (Fig.13).

No quadro de **Cever**, o Sumo-Sacerdote espera a Sagrada Família à porta do Templo. Maria há-de subir quatro degraus em meio círculo, ajudada por Santa Ana. No lado esquerdo do quadro, Maria prepara-se para transpor o primeiro degrau. Veste de amarelo e azul, cores idênticas aos do manto de sua mãe.

São Joaquim, ligeiramente por trás de Ana e vestido com uma túnica verde e um manto vermelho, segura em sua mão esquerda um bordão, símbolo da sabedoria¹⁶.

O quadro de **Oliveira**, pouco difere do de Cever. As diferenças visíveis situam-se ao nível dos degraus do Templo que são três e no fundo do quadro, em segundo plano, existe uma estrutura arquitectónica, um claustro com três pórticos. Bem mais conseguido artisticamente que o de Cever, o artista de Oliveira desenhou com alguma eficácia o panejamento das vestes. O Sumo-Sacerdote, ricamente vestido com vestes sacerdotais, possui a imponência de uma alta autoridade, enaltecido pelos degraus em semicírculo. Com os braços abertos, recebe Maria vestida de vermelho e azul que já transpôs o segundo degrau. O casal, ligeiramente atrás, aparenta uma idade avançada. Santa Ana, vestida de azul e amarelo, coloca a mão direita no peito em sinal de respeito para com o Sumo-Sacerdote, agarrando com a mão esquerda o manto, levemente descaído. São Joaquim, logo atrás de Ana, imita o sinal de respeito feito por Ana, neste caso com a mão esquerda, segurando com a mão direita o bordão (em forma de bengala) da sabedoria.

O painel de **Santa Leocádia** segue o esquema dos anteriores. O de **Barcos** inverte o posicionamento das personagens, colocando-as no extremo esquerdo do painel. Acrescenta dois detalhes inexistentes nos painéis anteriores. O sumo-sacerdote é acompanhado por dois ministros do templo e

16 O bordão é símbolo de poder e de clarividência, vindas de Deus ou de um poder mágico.

é colocada uma figura feminina num dos degraus da escada, junto a um cesto com roupa, segurando no regaço um recém-nascido¹⁷.

Finalmente, no painel de **Tabuaço**, um ministro acompanha o sumo-sacerdote e os pais da Virgem são acompanhados por duas figuras femininas. Neste caso, representam, com toda a probabilidade, duas criadas do séquito do casal.

Quando Maria atingiu os três anos, os pais conduziram-na ao Templo para a consagrarem a Deus. Maria subiu os degraus sozinha. Desta forma, a apresentação da Virgem distingue-se claramente da apresentação do Menino Jesus. Maria sobe sozinha, oferecendo-se ela própria ao Senhor.

Em termos iconográficos, a menina ascende ao alto da escada onde é esperada pelo sumo-sacerdote Zacarias. Por vezes abraça-a (miniatura das Homilias do monge Santiago). Na arte bizantina (*Menológico de Basílio*, mosaico de Dafni), atrás dos pais da Virgem avança uma procissão de meninas que levam tochas acesas. Uma reminiscência do rito nupcial da Antiguidade. Detalhe recolhido no Proto-Evangelho de Santiago (VII, 2) onde é relatado que Joaquim fez acender tochas às virgens sem mancha, recomendando-lhes que as deixassem acesas com receio que a menina se virasse para trás e que o seu coração ficasse cativo fora do Templo do Senhor.

Por vezes, nessa procissão, junta-se a tropa dos sessenta valentes da visão de Salomão, armados de lanças (*Homilias do monge de Santiago*).

No Ocidente, a arte representou, sobretudo, o carácter simbólico desta cena de consagração. Numa miniatura do *Speculum Humanae Salvationis* de Munique, por exemplo, a menina está sentada sobre o altar. Também no *Speculum* se encontram prefigurações da Apresentação no Antigo Testamento e na mitologia pagã. São os casos do sacrifício da filha de Jefté e a história contada por Valério Máximo, onde relata o episódio dos pescadores que extraem do fundo do mar uma tripeça de ouro que consagram a Apolo.

A partir dos finais da Idade Média, com maior incidência no Renascimento e na Contra-Reforma, a tradição apócrifa desaparece das representações. Passa a não ser obrigatório representar-se os quinze degraus rituais da escada, reduzindo-se arbitrariamente o seu número. A Virgem também não sobe sozinha. Ou é ajudada por sua mãe ou por um anjo (Retábulo de Saluces em Bruxelas). A meio do itinerário, volta-se para os seus pais que a seguem com a vista. A cena é mais

17 Como é representado numa gravura do livro *Ciudad de Dios* (I parte), de Sor Maria de Jesus, publicado em Ambares, no ano de 1736 - p.125 - Biblioteca da Ajuda, cota: 1-IX-26. Uma tradição que remonta a Ticiano (1534-38), com a sua pintura sobre o tema actualmente na Galeria dell'Accademia, Veneza.

humana onde a Virgem não é representada de costas para os pais. É, de facto, a estética e a psicologia a triunfar sobre o texto.

O carácter religioso vai progressivamente dando lugar a detalhes pictóricos que se introduzem na composição. Nas escadas é introduzida a perspectiva. Ticiano aproveita uma vendedora de ovos. Claude Vignon adquire da Apresentação de Jesus o motivo da oferenda ritual das duas pombas. Após o Concílio de Trento, para acentuar a solenidade da cena, introduziram-se anjos adutores nas representações.

As fontes utilizadas são diversas. E serviram para as pinturas de Pedro Nunes. Entre outras citem-se a gravura da Biblioteca da Ajuda (Lisboa), segundo Adrian Collaert (século XVIII), a estampa de Israhel van Meckenem, a pintura de Giovanni da Milano (1365), a de Ticiano (1538) ou a de Andrea di Bartolo onde já se nota a tentativa de humanizar as personagens, representando a Virgem olhando para trás, na direcção dos pais, a meio da subida.

4 – A educação de Maria

Os painéis durienses, nesta representação, não se afastam da tradição. A Virgem em pé é ensinada por Santa Ana, sentada, segurando um livro no regaço, como acontece em **Santa Leocádia** (fig. 14).

Em outras variantes, São Joaquim está próximo e observa. No cimo destas composições, algumas vezes, são colocados dois ou três anjinhos pairando sobre as cabeças das figuras.

Na verdade, estas composições em nada se destacam. Apenas no painel de **Tabuaço** (fig. 15) se nota o solo salpicado por rosas, de grande valor simbólico na iconografia mariana. O símbolo floral aplica-se particularmente à Virgem¹⁸.

18 A figura mariana tem frequentemente um lugar especial nesta simbólica e as flores são o reflexo e o eco das suas virtudes. O lírio é o emblema da sua pureza, da sua virgindade e do seu carácter Real. A rosa manifesta amor. A flor de laranjeira, como o cravo simbolizam os seus esponsais místicos e o narciso reflecte a sua dor no Calvário. O jacinto é o emblema da graça e da virtude porque é azul e ajusta-se a Maria e ao Paraíso. A tal propósito, cf. BARREYRA, Fr. Isidoro de, *Tratado das significações das Plantas, Flores e Frutos que se referem na Sagrada Escritura*, Oficina de Manoel Lopes Ferreyra, Lisboa, 1698, p. 16, 332-333, 335-336, 339-340, 343-344, 347-348, 349; BRAUN, Suzzane, *Les Fleurs dans l'iconographie chrétienne*, in: Religions & Histoire, n° 14, Maio/Junho, Dijon, 2007, pp.77-79.

João de HILDESHEIM (*Livro da Gesta, da Tripla Deslocação dos Três muito Bem-Aventurados Reis, os quais foram as Primícias dos Povos e o Modelo de Salvação de Todos os cristãos.*, Lucerna, Principia, Publicações Universitárias e Científicas (1ª ed.), 2004, Capítulo 23, pp. 105-106), atesta que no caminho onde Maria havia passado, tanto na ida como no regresso do Egipto,

Este tema tardio, aparecido em finais da Idade Média, tornou-se popular a partir do século XVI. A sua difusão explica-se pelo progresso do culto de Santa Ana, a quem a devoção popular se empenhou em atribuir um papel relevante na educação da Virgem.

Contudo, esta história onde Ana ensina o alfabeto a Maria através das Escrituras carece de fundamento bíblico. Além do mais, contradiz tanto a literatura apócrifa como a própria *Lenda Dourada*. De acordo com estas fontes literárias, Maria teria “abandonado” seus pais aos três anos de idade para ser consagrada a Deus em clausura no Templo.

Porém, de acordo com outra tradição, Maria teria sido enviada para uma escola. Num vitral de Chartres (século XIII), aprende a ler sob a orientação de um mestre. Este tema é frequente nas esculturas de Troyes.

Santa Ana encontra-se normalmente sentada com um livro no regaço e Maria de pé, com cerca de dez anos, soletra na Bíblia. De facto, a representação do livro é anacrónica. A representação de um rolo em pergaminho estaria mais de acordo com a verosimilhança histórica.

O tema foi bastante difundido por Peter Paul Rubens e algumas vezes, Ana aparece representada em pé.

A fonte iconográfica utilizada para esta composição é geralmente a pintura de Rubens que foi bastante difundida através de estampas como a de Schelt A. Bolswert (c. 1586-1659). Podemos dar alguns exemplos que seguiram esta fonte: as pinturas de António Oliveira (1690), Marcos da Cruz, a da capela lateral de Aveiro ou a de André Reinoso (1630).

5 – Os Desposórios (esponsais) da Virgem

A estrutura compositiva dos painéis durienses segue a tradição transmitida por via oral através da literatura apócrifa.

Este episódio foi representado em **Mesão Frio** (Fig. 16), **Cever** (Fig. 17), **Tabuaço** (na capela-mor e no corpo da igreja -Fig. 18), **Avantos** (Fig. 19), **Senhora do Pópulo** (Fig. 20), **Barcos** (Fig. 21), **Santa Leocádia** (Fig. 22) e **Tabuaço** – corpo da igreja (Fig. 23).

Em termos iconográficos diferenciam-se em pequenos detalhes. No conjunto, estruturalmente são idênticos. Todavia, formam dois grupos distintos

continuavam a crescer rosas selvagens que aí se chamavam “rosas de Jericó”. Ou “rosas da Virgem Maria” como o indica Barreyra (p.336).

Para Cesare Ripa (*Iconologia*, Tomos I e II, Akal, Madrid, 2002. Vol I, p.353) as flores simbolizam a esperança.

se tivermos em conta os pormenores. Um primeiro grupo é formado pelos painéis de **Mesão Frio**, **Cever**, **Tabuaço** (capela-mor) e **Avantos**. Um segundo formado pelos painéis de **Santa Leocádia** e **Tabuaço** (corpo da igreja).

No primeiro conjunto, à exceção dos painéis de Avantos e Tabuaço (capela-mor), à composição, além das três personagens principais (Maria, o Sumo sacerdote e José), acrescentam-se nuns casos duas figuras e noutros três.

Segundo este ponto de vista, verificamos que no de Mesão Frio, junto da Virgem estão duas figuras femininas e junto de José uma masculina. No de Cever sucede algo idêntico, excluindo as figuras femininas. São representadas duas masculinas. Uma junto de José, outra junto da Virgem. Esta, porém, segura um círio aceso. No de Santa Leocádia são representadas duas figuras. Uma masculina por trás de José e uma feminina por trás de Maria. Já no do corpo da igreja de Tabuaço é representado junto de José apenas uma. Um ministro do templo.

Quanto à disposição das personagens principais, verifica-se que o Sumo-sacerdote se situa sempre no centro. Entre Maria e José. A disposição dos esposos é praticamente unânime. Só nos Avantos se invertem as posições. Em todos os outros painéis a Virgem é colocada à esquerda do Sumo-sacerdote.

Quanto ao enquadramento, à exceção do painel do corpo da igreja de Tabuaço, percebe-se que a cerimónia é realizada no interior do templo.

Contudo, embora se note uma total unanimidade na representação do episódio, os painéis de Mesão Frio, Cever, Tabuaço (capela-mor) e Avantos, misturam dois motivos. Estes quatro painéis representam uma mescla entre o momento em que foi dado o sinal divino – o *florescimento da vara de José* – e o momento seguinte: os *desposórios* propriamente ditos.

Com efeito, existe uma mistura de influências. Como na arte francesa, os noivos são representados de pé, dando as mãos em frente do Sumo-sacerdote que os benze e lhes coloca o anel (à semelhança de Giotto). E como na arte italiana José é representado com a vara florescida. Em nenhum caso, porém, rematada com a pomba do Espírito Santo.

Quando Maria, criada no Templo, durante dez anos, atinge a idade de catorze anos, de acordo com a lei mosaica, o sumo-sacerdote procura arranjar-lhe esposo. Ao som da trombeta, convoca todos os descendentes de David, solteiros ou viúvos. E José é designado esposo de Maria porque, através da sua vara, foi dado o sinal divino. Este, porém, nega-se por ser muito velho, dizendo que já tem muitos filhos¹⁹. Contudo, o sumo-sacerdote insiste, dizendo-lhe que não deve transgredir a vontade de Deus.

19 Que são mencionados em “A História de José Carpinteiro”, onde se faz menção à idade avançada de José, quando este foi aconselhado a desposar Maria: 111 anos (1,1).

Por vezes, o tema é sucinto, mas quando finalmente se desenvolveu como nos manuscritos bizantinos das Homilias do monge Santiago (século XII) ou no ciclo de Giotto na Arena de Pádua, divide-se essencialmente em três cenas: a *prova dos pretendentes*, os *desposórios* celebrados pelo sumo-sacerdote e o *Cortejo nupcial*.

5.1 – O florescimento da vara de São José

Os solteiros e viúvos foram convocados pelo sumo-sacerdote. Surpreendido em plena faina, José que trabalhava na armação de um tecto, deixou cair o machado, descendo precipitadamente por uma escada. O primeiro momento é descrito desta forma nas *Homilias do monge Santiago*.

Os pretendentes levam então ao templo a sua vara que depositam sobre o altar e, ajoelhados, esperam pelo sinal divino que assinalará o eleito. É, pois, a vara do idoso José que floresce e no bordão de amendoeira pousa a pomba do Espírito Santo. O despeito dos jovens pretendentes é expresso da forma mais violenta. Um deles parte a sua vara; o outro procura golpear José, mais confuso que triunfal.

O episódio é, em certos detalhes, diferente nos diversos evangelhos apócrifos. No evangelho do Pseudo-Mateus a idade da Virgem é de catorze anos. Relata que os fariseus tomaram a decisão de enviar um pregoeiro a todas as tribos de Israel, para que, ao fim do terceiro dia, todos se reunissem no Templo.

Quando todo o povo estava reunido o pontífice Abiatar subiu o degrau mais alto para ser ouvido e visto por todos (8,1). Depois do discurso que agradou a toda a assembleia foi lançada a sorte sobre as doze tribos, calhando à de Judá.

Todos lhe levaram os bastões e o senhor mandou o sacerdote introduzi-los no *Santo dos Santos* e mandou que os pretendentes se dirigissem no dia seguinte ao Templo. Maria seria dada em guarda àquele que segurando o seu bastão na mão, dele saísse uma pomba que voaria para o céu. Assim aconteceu com o bastão de José que era o mais pequeno e ao qual o sacerdote não tinha dado importância (2e3).

O povo congratulou-se e José, temerário, aceitou a guarda da Virgem e de mais cinco virgens para lhe fazerem companhia até ao dia dos desposórios (4)²⁰. Por brincadeira, por isso lhe começaram a chamar “Rainha das Virgens” (5).

O *Potro (Proto?) Evangelho de Tiago* situa a idade da Virgem nos doze anos. Por essa altura houve então o conselho de sacerdotes para definir o destino

20 Rebeca, Séfora, Susana, Abigéia e Cael.

de Maria (2). O sacerdote, neste caso Zacarias, entrou no *Santo dos Santos* e orou. O anjo mandou-lhe reunir todos os viúvos (apenas) do povo. Que cada um trouxesse o bastão e ela seria mulher daquele que o senhor designasse por meio de um sinal. Os pregoeiros saíram para toda a região da Judeia, soando a trombeta do Senhor e todos acorreram (3). Deixando o machado, José juntou-se aos outros e a pomba saiu do seu bastão (9,1), o último a ser entregue pelo sacerdote²¹.

A Contra-Reforma acaba por rejeitar o milagre da vara florescida, recolhido no reportório do Antigo Testamento e que honrava o Sumo-sacerdote Aarão. Porém, este tema lendário não desapareceu por completo da arte cristã e os seus vestígios podem ser observados no século XVII nos baixos-relevos das cadeiras do coro de Notre Dame de Paris.

Também nos painéis durienses se manteve. Aliás, nestes existe uma mescla entre o *florescimento da vara* e dos *desposórios*. Assim como em muitas pinturas seiscentistas e setecentistas.

5.2 – Os Desposórios (esponsais)

O matrimónio era para os Judeus, um simples contrato civil e não um rito religioso. Contudo, o tema está adaptado aos costumes ocidentais. E como a cerimónia apresentava diferenças tanto em França como em Itália, foi representada de formas diferentes.

Na arte francesa, os noivos são representados de pé ou ajoelhados, dando as mãos em frente do Sumo-sacerdote que os benze²². Na arte italiana, pelo contrário, José é representado com a vara florescida, rematada pela pomba do Espírito Santo, colocando ao mesmo tempo o anel nupcial no dedo da Virgem. Considerava-se que este anel se conservava em Perugia na Itália. Por isso os *Desposórios* da Virgem converteram-se num dos temas predilectos da escola da Úmbria, como é demonstrado nas pinturas de Spagna e Rafael. O anel não é de ouro nem de prata, nem de outro qualquer metal, mas sim talhado numa pedra preciosa: ónix ou ametista.

Todas estas representações têm em comum um grupo ternário, escalonado em pirâmide: sumo-sacerdote, José e a Virgem. Embora a lenda não mencione os

21 “A História de José carpinteiro” é outro apócrifo que relata o acontecimento, mas com contornos diferentes (3,1 e 4,1). Quanto à idade da Virgem, por exemplo, refere que tinha doze anos, havia entrado no Templo com três e lá permanecera nove.

22 Este gesto simbólico da união conjugal chama-se em direito romano *Dextrarum junctio* ou *Conjunctio manuum*.

Elenco iconográfico



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14



Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19



Fig. 20



Fig. 21



Fig. 22



Fig. 23

As cilhas de (contra) ursos

José Dias Baptista

Barroso foi terra onde corria leite e mel. Leite pelos milhares de vacas de raça “barrosa” que chocalhavam pelos lameiros, poulas e ameijoadas e cujos derivados, de inexcédível qualidade, se foram perdendo na segunda metade do século passado.

Quanto ao mel, foi produto tão excedentário que daqui saíram algumas pipas a caminho da cidade de Braga. Não causem estranheza estas afirmações porque era raríssimo o uso do açúcar dado o isolamento a que se votou (e vota) o território que forma as Terras de Barroso. Num caso e noutro (leite e mel) não o digo por constar, ler e ouvir – digo-o porque vi e até vivi o fenecer nevrótico desses tempos. Pipas de mel e arrobas de cera, digo e repito à fé de quem sou. Ainda havia, pelas encostas inclinadas, ao abrigo de ventos galegos e bem expostas aos raios quentes do astro-rei, umas dúzias de cilhas rodeadas por rosários de paredes. Algumas desciam em pequenos socalcos e os cortiços alinhados assentavam sobre lajes planas que os defendiam da correnteza das águas pluviais. Admiráveis as “capuchas” cónicas de colmo que mais pareciam estranhas ameias de fortaleza medieval emergindo à flor da terra.

Porém, muito mais importantes, eram as “**cilhas (contra) ursos**”, de que ainda restam dois exemplares, um deles na Vila da Ponte e outro em Pincães. Estas eram autênticas fortalezas com muros de dois metros de altura e um metro de espessura sobre os quais corriam cápeas enormes e salientes. A finalidade era combater a enorme força do urso, impedindo-a de saltar ou derrubar os muros. A construção possuía uma única portinhola de madeira muito robusta, quadrada, de sessenta ou setenta centímetros de lado e de alto, de modo que o apicultor somente alcançava o interior da cilha de gatas. Assim, o urso assaltante apenas

poderia exercer a sua força com uma só mão (e as restantes patas no chão visto que este animal usa a sua enorme força e combate de pé à semelhança dos homens). Na sua posição normal (quatro patas no chão) o urso só tem força na boca e dentes, força insuficiente para derrubar a porta e entrar. Com uma porta normal facilmente a fera forçaria a entrada porque trabalharia de pé com ambas as patas dianteiras...



Era, portanto, uma construção anti-urso, o animal mais difícil de combater no assalto aos colmeais, dado o insaciável apetite que o bicho revela pelo doce produto e a ineficácia da mordedura em função da espessa pelagem que lhe cobre o corpo.

O urso viveu entre nós até à sua extinção, aí pelo século XVII/XVIII. Aqui bem perto ainda o podemos ver nas Astúrias. Aí sobrevive devido à extensão das serranias, das matas húmidas e dos muitos ribeiros onde pode caçar e viver. Há várias informações históricas da sua existência em Barroso. As fontes mais antigas são as toponímicas: as escritas temos a do Códice dos Casais de Pincães, datado de 1744: “extinguiram os ursos pelo cuidado que os moradores tem de os perseguir” (f. 13) e “já no tempo que havia ursos nestas terras para os defender das suas colmeias fizeram um grande muro que é obra redonda com sua porta fechada e sua parreira e outras árvores de fruto...por baixo da ponte do Ranhadouro” junto ao lugar de Pincães, Cabril, Montalegre.

A título de exemplo vejamos a Inquirição, de 1258, reinado de D. Afonso III, de Santa Maria de Viade (Montalegre), P.M.H. 5.^a Alçada, Vol. I, Pars II, Fasc. IX, pág. 1515, 1.^a coluna: ***“Item, si fuerit ad venationem et mactaverit porcum, dabit spatulam; de cerbo, de capra montesa, de corzo, dabit pernam; de urssso, dabit manus.”*** Isto é, “E, se for à caça e matar porco, dará a espádua; de cervo, de cabra montês, de corço, dará a perna; de urso, dará a mão.”

E também da Inquirição de Vilar de Vacas (Ruivães), mesmo ano, pág. 1510, 2.^a coluna: ***“... et si fuerit ad venationem, dabunt (sic) de porco montes spatulam de viij costis sine pede, et de usso (urso) dabunt (sic) manus Domino Regi.”*** – “e se for à caça, darão (sic) de porco montês a espádua, e de urso dão (sic) a mão ao Senhor Rei.”

E ainda na Inquirição de Mourilhe, mesma data, pág.1516, 1.^a col.: ***“et de montaria dant de porco spatulam et de cervo et corzo et capram montes dant pernas et de urssso dant manus.*** Ou seja: “e da montaria dão de porco montês (javali) a espádua e de cervo e corço e cabra montês dão pernas e de urso dão a mão.”

Tais documentos evidenciam que tanto ao norte fronteiroço, como ao centro e ao sul do Julgado de Barroso, de toda a terra se pagavam impostos ao rei respeitantes à *mão de urso* e várias outras partes de diversos animais selvagens já extintos na região.

A tradição da existência, ainda hoje corrente, das **“cilhas (contra) ursos”** fica atestada pelas Inquirições de 1258 que aí se apresentam.

* * * * *

Nota da Redacção

Este artigo do Dr. José Dias Baptista pede um esclarecimento.

Logo que nos chegou às mãos, lemo-lo com a natural curiosidade e avidez que nos merece tudo o que escreve aquele amigo barrosão, um homem que tem tanto de erudito como de modesto. E logo esbarrámos na palavra ‘cilha’, para significar as cercas que defendiam as colmeias do ataque dos ursos — no tempo em que havia ursos em Trás-os-Montes. Habitados a ver a palavra escrita com ‘s’ — ‘silha’ —, perguntámos ao Dr. Dias Baptista se não seria de substituir no artigo ‘cilha’ por ‘silha’. Ingenuidade nossa, que não pesporrência.

A resposta veio pronta, amável e cabalmente esclarecedora, na carta que a seguir transcrevemos na íntegra e com muito gosto.

Caro Pires Cabral:

SAÚDE!

Obrigado pela franqueza. Eu sei que há vários vocábulos, topónimos e até nomes próprios que sofrem dessa moléstia — a falta de análise dos tais dicionaristas e enciclopedistas.

Vamos ver, esses dicionaristas, quando não lhes apetece investigar, também não apresentam (como deviam) o étimo legítimo das palavras. **Cilha**, por exemplo. Alguns usam escapatórias: “proveniente do espanhol”, “francês”, “italiano”, etc.

Mas, afinal o que é o “espanhol”? Se a Espanha tem quatro países/nações e quatro línguas, qual é a “espanhola”? O castelhano, o galego, o catalão ou o vasco? Ao menos três dessas línguas nasceram da mãe que teve a nossa...

Quando os dicionaristas se atrevem a indicar étimos, alguns até “acertam”, mas não discorrem em conformidade. Exemplo: Almeida Costa e Sampaio e Melo dizem sobre a *Cilha* (Do Lat. “cingula”) — certo! E significado: “cinta” (errado); o próprio Moraes Silva (1889) fala: *Cilha* ou *Silha* (Do Lat. “cinguia”) — (errado), tal latino não existe!!! O J. Pedro Machado (*Dic. Etimológico*), acerta no étimo, mas só arranja citações para cá do século XV! Só porque os castelhanos pronunciam os **ll** como nós os **lh** é que vamos dá-lo por certo? Aliás o castelhano como linguagem só se manifestou em documentos literários, como o português, o galego ou o limosino/catalão, pelos meados do século XII. O castelhano, em concreto, pelo poema épico “**Cantar de mio Cid**” (1140); mas o português fê-lo logo logo (em 1189) na “**Notícia de Torto**”, embora como linguagens faladas já existissem desde o século X. Porém a hegemonia literária do castelhano só ocorre (em desfavor da italiana) pelos séculos XVI ou XVII, a ponto de os nossos principais autores de então seguirem a moda como fizeram Camões e Gil Vicente e muitos mais! Tudo isto para dizer que é nesta altura que os nossos dicionaristas, à falta de sagesa, intentam enraizar a nossa “*ilha*” na “*silla*” dos castelhanos!

Antes disso não havia “*ilhas*” nem mel? Teriam as *ilhas* outro nome... E onde está essoutro nome? Conclusão: em Castela, as nossas *ilhas* das colmeias para as abelhas, são os “*colmenares*”. Donde se conclui que os que apresentam a “*silla*” como fonte da nossa “*ilha*” só pensaram na “*sela*” — a cadeira, o assento, o selim do lombo dos

cavalos e dos burros preso pela *cilha* e pela *cincha* ao redor da barriga dos ditos!

Os castelhanos e muitos dos nossos até presumiam em distinguir “*cavalos de silla*” e “*cavalos de tiro*”. A “*silla*” deles é a nossa “sela ou selim” e essas palavras chegam-nos do latino “*sella-ac*” > “sela”. Nós até usamos mais vezes selim porque é uma sela sem arção (saliência anterior para evitar que o cavaleiro, em terreno inclinado descendente, saia pela cabeça do animal).

Amigo António:

Sei muito bem que não ignoras nada do que aí digo. Alonguei-me para justificar apenas a minha opção.

A *Cilha*, ao contrário da “sela” / “*silla*”, provém do latim, pelo verbo “**cingo-is-ere-cinxi-cinctum**” que significa “cingir”, rodear”, circular”, etc. Entre nós existe o eruditíssimo “cíngulo” < *cingulu*, “faixa ou cordão” com que o padre cinge a alba e, muitos séculos antes, o soldado romano segurava a couraça; e existem os popularíssimos “cincho”, “cincha” e “cilha”. Os primeiros ‘cilha’ e ‘silla’ são objectos ou faixas com que se espreme o soro do queijo ou se lhe dá a forma; dos últimos ‘cincha’ e ‘cilha’ diz Cândido de Figueiredo: “Espécie de *cincha* ou *cilha* com que se aperta a sela”. Em Barroso (e julgo que por todo o Norte de Portugal, pelo menos) quando se fala em Cilha a primeira conotação vai bater na paredinha que circunda ou cinge as colmeias — a Cilha! E depois pensamos, se pensarmos, nos apetrechos com que cingimos a barriga do animal à sela ou à carga. O campo semântico é sempre o mesmo: redondinha a parede/cilha das abelhas e a faixa/cilha que prende a sela.

Olhando ao desenvolvimento do vocábulo cilha desde o étimo “**cing(u)la**”, com a queda do **u** interconsonântico, por síncope, fica o grupo **gl** que, ocupando a posição de sílaba postónica e antes de vogal, se converte quase sempre de imediato em **lh**. Seja: *cingula* > *cingla* > *cinlha* > (arcaico, e com desnasalação) **cilha**; *teg(u)la* > *tegl* > **telha**; *reg(u)la* > *regl* > **relha** (e duas excepções, *regra* e *régua*); *ung(u)la* > *ungl* > **unha**, etc.

Finalmente, como produto dum fenómeno fonético e fonológico bastante raro, **cincha**. Com efeito, *cing(u)la* > *cincla* > “**cincha**”: fenómeno fonético de “Reforço” que consistiu na passagem da

consoante branda **g** para a sua homorgânica forte que é o **c** dando origem a *cincha*.

Perdoa roubar-te tanto tempo. Coisas de velho. Mas gostava, com dois abraços — um para ti e outro para o Elísio — que deixasses seguir a Cilha!

Zé Baptista

Pois que dúvida, amigo Zé Dias?

Cartas da Bila (6)

Sebastião Bravo

42.^a Carta da Bila

A Coisa

18 de Dezembro de 1988

Serafim amigo:

Escrevo-te hoje sob o peso de uma ameaça terrível que paira sobre a Bila. Todos a sentem, mas ninguém sabe ao certo o que é — o que a torna ainda mais inquietante e terrível.

Com efeito — já outro dia to disse, noutra carta — a Bila já não é, nem pouco mais ou menos, a cidadezinha pacata de há vinte anos. A marginalidade instalou-se. A Bila está transformada numa nova Chicago, onde perigos de toda a ordem espreitam o cidadão: assaltos, espancamentos, tiroteios, eu que sei! Mas até pelo simples facto de percorrer as ruas, o cidadão incauto está sujeito a perigos tremendos.

Assim, em algumas zonas (e cito a Avenida Marginal), as caixas de saneamento estão há que vidas sem tampa. Já vês o que pode acontecer: vem um sujeito, despreocupado, de noite, pela Avenida fora, e quando mal se precate está com o pé metido na argola, ou com a pata na poça, que o mesmo é dizer, com uma perna enfiada num buraco e uma fractura exposta.

Uma das coisas mais perigosas que se podem fazer na Bila, imagina!, é um peão atravessar com luz verde na passadeira da Avenida Carvalho Araújo. É que ao mesmo tempo, há carros que também têm luz verde e entram em rota de

colisão com os peões. Ou se atravessa com o credo na boca, ou está-se sujeito a apanhar uma panada daquelas que não deixam um osso no lugar. O que vale é que a urgência do hospital fica ali pertinho...

É que dizer do túnel junto do Ciclo Preparatório, onde diariamente as alunas são molestadas, apalpadadas e sabe Deus que mais por uns marmanjos profissionais, entre duas passas de liamba ou haxixe?

A Bila está de tal maneira, Serafim, que até as caixas da EDP já rebentam e se incendiam, tal e qual como em Lisboa. Pois então? Que tem mais a capital do que a Bila? Exactamente a mesma parolice, só que em ponto maior.

Bom, mas vamos à tal ameaça que espreita a Bila, e traz a gente aferrada à Senhora da Pena como já há muito tempo se não via.

Aquilo já foi baptizado com o nome de OPNI. Atenção, não é OVNI; é OPNI, O, P, N, I – objecto pousado não identificado. Ninguém sabe ao certo o que aquilo é nem donde veio. A rigor, nem se sabe se é perigoso; mas é sempre bom estar de pé atrás. Há também quem lhe chame simplesmente a Coisa.

Mas é melhor eu contar-te. Uma bela manhã, vai para 15 dias, a Bila foi surpreendida com a aparição de um estranho aparato, pintado da cor do Senhor dos Passos, com dois metros de altura, pousado defronte da Pastelaria Gomes. Desconfiada, a Bila passou de lado, não dando confiança à Coisa. Mas, para maior espanto, na manhã seguinte, a Coisa tinha-se locomovido e estava agora defronte da Funerária Rebelo! A gente começou então a ficar apreensiva, com o olho na Coisa, a ver no que aquilo dava. Mas fervilharam desde logo os boatos: havia quem dissesse que era uma nave espacial, donde já tinha desembarcado estranhos homenzinhos verdes; diziam outros que era uma réplica da Torre Eiffel e sinal de que a CEE, com os franceses à frente, tinha finalmente decidido tomar Portugal de assalto de uma vez por todas; outros ainda diziam tratar-se de um metrónimo gigante, adquirido pela Academia de Música; até um supositório havia quem dissesse que era! O certo é que ninguém sabe o que é, e a Coisa vai, de dia para dia, mudando o poiso. A população, sentindo, que algo de terrível anda no ar, inquieta-se. O caso não é para menos, tanto mais que as autoridades tardam em difundir um comunicado que sossegue a população. A última vez que a Coisa foi vista, estava à porta do Café Excelsior e não falta quem diga que vai levar a rua Central e a rua Direita toda a eito.

Valha-nos a Senhora da Pena! Mas então não há quem pare a Coisa?

Um abraço coisado deste teu

Sebastião

* * * * *

43.^a Carta da Bila

Outra vez a Coisa e outras coisas

25 de Dezembro de 1988

Bom amigo Serafim:

Dizes na tua carta que ficas em pulgas para saber como terminou aquela coisa da Coisa. O caso não é para menos.

Mas, enfim, alegra-te, que tudo terminou em bem. A Coisa não explodiu, não houve desembarque nenhum de homenzinhos verdes, nada de nada. A coisa esclareceu-se e a Bila pôde soltar um imenso suspiro de alívio, que se ouviu desde as alturas de Lamas de Olo até aos vinhedos durienses de Guiães. Felizmente o mistério está desvendado, o perigo esconjurado e o pavor transformado em tranquilidade.

Dá-se o caso, Serafim, que a Coisa afinal era pacífica. Mais: não só era pacífica, como ainda por cima era amigável. Foi quando a Bila ainda passava de lado, deitando-lhe um olho desconfiado, de esguelha, não fosse a Coisa morder ou explodir, que a identidade da Coisa se revelou: não era foguetão, nem era supositório, nem era metrónomo, nem era misturadora de rações, nem era caixote do lixo, nem era mictório para canídeos. Tão pouco se movia pelo seu pé, nas suas mudanças de poiso, antes era carregada às costas por voluntariosos arquitectos, que, pelos vistos, eram o pai da criança. E não andava à toa pelas ruas da Bila, mas sim – e aqui vai finalmente a explicação da Coisa – tinha por função assinalar as montras onde a comissão das festas dos 700 anos tinha exposto uns papéis e outras coisas.

Hoje, desfeitas as confusões, pode-se dizer que a Coisa é geralmente benquista de todos, salvo daqueles que, distraídos, esbarram nela e amolgam o nariz. Os automobilistas também não vão lá muito feitos com a Coisa, porque ela rouba espaço de estacionar. Em contrapartida, rendidos à serena beleza da Coisa, um grupo de cidadãos constituiu-se em comissão de luta a favor da participação da Coisa no próximo concurso de Miss Portugal. Lá pinta tem ela, para isso e muito mais...

E pronto. Aclarado o mistério da Coisa, a Bila voltou ao rame-rame do costume. A melancolia instalou-se de novo. De facto, pensando bem, que razões tem a Bila para andar satisfeita? Vejamos: o *Jornal do Norte*, essa luminária do jornalismo vila-realense, só sai mês a mês. O Arq.^o Mário de Oliveira não há meio de se resolver a editar mais um calendário dos dele. Não há mais feiras de Constantim, onde a gente sempre podia encher um saco plástico de carne

para levar para casa. A Caixa Multibanco continua a aconselhar os utentes a dirigirem-se à caixa mais próxima, que fica ali em Lamego ou Chaves – ao virar da esquina, por conseguinte. Para cúmulo, o nevoeiro não há maneira de desferrar o dente do nosso cachaço e anda gente metida nele vai para um mês sem ver raças de sol, arreguiçada de frio, que não há sobretudo nem cachecol que nos valha. Para maior cúmulo ainda, Janeiro é mês de impostos e as mãozinhas do Dr. Cadilhe e de um sujeito com cara de fuinha que costuma estar com ele andam a mexer atrevidamente no nosso bolso. E, para cúmulo dos cúmulos, a UGT parece que anda feita com o governo e vai na cantiga dos 7 por cento de aumento, que, espera-lhe pela pancada, mal vão cobrir metade da inflação...

Não há dúvida, Serafim: os deuses desapiedados parece que se encarniçaram contra a Bila, não nos deixando um só motivo para sorrir – tirante talvez a Coisa. A tristeza instalou-se. Nas ruas, só se vêem rostos sorumbáticos; e quando, por excepção, alguém leva um sorriso no rosto, é logo apontado a dedo e as pessoas perguntam: “Mas, afinal, aquele ri de quê? É masoquista, pela certa...”

E é com estes melancólicos considerandos que me despeço hoje. Espero da próxima estar mais animadinho.

Um abraço repassado de tristeza do teu

Sebastião

* * * * *

44.^a Carta da Bila

O bem-amado ministro Cadilhe

3 de Janeiro de 1989

Olá Serafim:

Depois de ter escrito a última carta, fiquei-me cá a cismar numa coisa: é que receio ter-te deixado uma imagem demasiado pessimista da Bila. E, queres tu saber?, estou arrependido. Porque, no fim de contas, a realidade não é assim tão melancólica como te pinteí. Eu é que tinha ido, nessa tarde, pagar o imposto profissional... Estava azedo, compreende-se.

Mas felizmente ainda restam nesta terra motivos de alegria.

Por exemplo, dia sim, dia não, é inaugurada uma nova discoteca, piano-bar ou pub. Isto vai por luas: aqui há anos foi a febre dos bancos – era bancos

para aqui, bancos para ali, bancos em toda a parte. Hoje a coisa mudou, e o que está a dar são os bares e discotecas, para não falar das casas de máquinas, onde a estudantada (e não só) deixa alegremente a mesada a fingir que dá tiros a OVNIS ou voltas a um circuito de velocidade... Pois coisas dessas são inauguradas a bem dizer todos os dias. Os bila-realenses já não se podem queixar de falta de local para uns engates, umas pielas e umas passas à maneira.

Mas a mim mais me alegra ainda esta estupenda capacidade da gente da Bila para se unir com uma só pessoa, quando é preciso lutar pelos seus direitos e pelas suas convicções. Ainda no passado dia 28 tivemos um magnífico exemplo disso mesmo. Mas eu conto-te:

A rádio tinha dado nessa manhã – era um sábado – a notícia de que o Dr. Cadilhe se tinha demitido. Ora tu deves fazer ideia de como este governante é benquisto e querido na Bila. Mal se espalhou a notícia, as pessoas foram confluindo para a Avenida Carvalho Araújo, como nos grandes momentos de calamidade pública. Pelas 11 da manhã, a Avenida era já um mar de gente que protestava, gritando palavras de ordem, contra a demissão do ministro das Finanças. Breve se improvisou um estrado, de onde alguns oradores inflamados foram falando à multidão através de um megafone emprestado pela DGD. A cada passo eram interrompidos, com slogans como: “Doutor Cavaco, não nos quilhe, segure bem o Cadilhe!”, ou este: “Ministro há só um: o Cadilhe e mais nenhum!”, ou ainda este: “Não aceitamos mudanças de ministro das Finanças!”

Uma velhinha octogenária, com o rosto banhado em lágrimas, arrepelava-se e gritava: “É um santo! Se não fosse ele, os reformados como eu morríamos de fome. Só este ano, aumentou-me 800 mil-réis na pensão! Nem sei que fazer a tanto dinheiro. E agora há-de-se ir assim embora?” E começou a dar voltas de joelhos ao monumento à guerra do ultramar, com uma vela em cada mão, rezando convulsamente pela manutenção do ministro Cadilhe.

Um orador recebeu forte salva de palmas ao propor que todos se cotizassem, dando aquilo que vão pagar a menos no imposto único, para comprar uma prenda de despedida a Miguel Cadilhe: um andar nas Amoreiras. Logo um conhecido industrial pôs o dedo no ar a pedir palavra, e declarou que fazia questão de contribuir com a importância da sisa.

Digo-te, Serafim: era simultaneamente comovedor e consolador ver aquela dor sincera e lancinante. Felizmente, a meio de um discurso arrebatado, alguém interrompeu pela assembleia aos gritos de: “Não é verdade! A rádio já desmentiu!” A mulher que andava às voltas ao monumento ergueu-se então e berrou: “Milagre! São Miguel ouviu as minhas preces!” E a multidão com

grandes manifestações de júbilo, levou-a em ombros – coisa que nunca fizeram ao D’junga.

Então não é uma gente formidável, Serafim? E não é tocante esta paixão pelo bem-amado governante? Ah, a gratidão não é palavra vã, na Bila...

Como vês, ainda há muitos motivos de optimismo na nossa terra. De optimismo ... e de riso.

Um abraço muito risonho do teu

Sebastião

* * * * *

45.ª Carta da Bila

Como foi este ano o Carnaval da Bila

8 de Fevereiro de 1989

Meu saudoso Serafim:

Depois da arrelidora gripe que me impediu de te escrever durante uns tempos, volto hoje ao teu convívio.

Escrevo-te em quarta-feira de cinzas, passado este Carnaval desenxabido da Bila, a fazer-nos saudades do bom Carnaval de outros tempos. Os tempos estão deste jeito, Serafim. É como os carros: dantes, comprava-se um carro, e tinha-se carro para toda a vida; hoje, um carro usa-se dois ou três anos e deita-se fora. Tal e qual o Carnaval da Bila.

Dirás tu que o tempo não vai para carnavais. E és capaz de ter razão. Que diabo, a gente assiste a tanto Carnaval pelo ano fora – na política, do desporto, na arte – que já não há macacada que nos faça rir. Por outro lado, estamos em plena época de pagar o imposto profissional e ainda mal refeitos da cacetada do imposto único, descontado no vencimento de Janeiro; ainda por cima, caiu-nos em cima um regulamento de férias, faltas e licenças que nem no tempo da ditadura. Com tanta calamidade, quem tem vontade de rir e jogar ao Carnaval?

Bom isto não quer dizer que a Bila não tenha assistido a um cheirinho de Carnaval. Nas discotecas armaram-se bailes assanhados. Uma delas até fez dois bailes da Carolina, a imitar os velhos tempos dos bailes da Carolina a sério, lembras-te?, onde tanto eu como tu ensaiávamos uns engates, e tu um ano acabaste por engatar uma mascarada que, na hora da verdade, revelou ser um mascarado... Muito me ri nesse ano!

Curso também houve, desta vez, mas fraquinho. Foi a rapaziada de Mateus – é sempre ela! – que trouxe um bocadinho de animação à tarde de terça-feira, com um mini-cortejo onde havia duas dúzias de mascarados, dois ou três carros e umas piadas ao Dr. Cadilhe – que o povo em peso, aliás, repudiou indignamente, dada a sua afeição pelo simpático e operoso governante, grande domesticador da inflação. E até logo, se nos virmos. A isto se reduziu o entrudo de 1989! Quem o viu e quem o vê...

Ainda por cima, a mim o Carnaval deste ano ficou-me de lembrança. Já te conto:

Perante a indigência do Carnaval da Bila e não estando para desembolsar as notas numa discoteca, não tive outro remédio senão grudar-me à televisão a gozar à distância o Carnaval carioca. Aquilo é que é Carnaval, Serafim! É cada mulata a sacudir a bunda, capaz de fazer pecar um santo ... E aqueles patriotismos à mostra, ali a tremer como gelatina, assim como quem diz “comei-me”? Aquilo, digo-to eu, faz aquecer a gente. Assim sucedeu comigo, que santo não sou, nem feito de pau. Só que a minha Eulália estava à coca, nos intervalos de fritar uns bolos de bacalhau em que vinha da cozinha à sala, e, ao ver-me a pontos de ter um enfarte, desligou a televisão e despejou-me pelas ventas abaixo um bocado de água fria, que estava no fundo de um copo, ao mesmo tempo que resmungava: “Estavas-te a babar; toma lá este guardanapo, limpa-te a ele!” É levada da breca, a minha Eulália... Mas foi o que me valeu. Passou-me logo o calor. Aquela loucura das mulatas do Rio tinha-me rebentado o termostato e, se não era aquela saída da minha mulher, dava um estouro que nem uma castanha, olaré se dava. Abençoada água no focinho! O diabo é que apanhei outra constipação dos diachos, e escrevo-te esta na cama, bem abafado entre cobertores a avinhado e abifado o pouco que me consentem o preço do vinho e da carne e o magro vencimento já em meio de mês.

Aqui tens como me ficou de lembrança o Carnaval deste ano. Tudo por causa das mulatas do Rio. Melhor: tudo por causa de não haver na Bila entrudo em condições, e a gente ter de se contentar com o que a televisão nos traz de longe.

Podia ser pior. Se a Eulália me pega de rolo da massa em vez da água, talvez não te pudesse escrever hoje esta carta a contar como foram, em 1989, os carnavais da Bila.

Um abraço entremeado de espirros do teu

Sebastião

* * * * *

46.^a Carta da Bila

A Bila reconciliada com a Coisa. Dois casos funestos.

15 de Fevereiro de 1989

Bom amigo Serafim:

Então como vai essa bizzarria, lá pelas capitais do império? Tens visto o Dr. Cadilhe? Quando o vires, não te esqueças de lhe dar cumprimentos meus. E diz-lhe que qualquer dia lá lhe mando a calculadora de bolso japonesa que lhe prometi, para ver se desta vez acerta com as contas da inflação, está bem?

Olha, cá pela Bila vai uma primavera pegada. Até desconfio que já ouvi cantar o cuco, ali para s bandas da Borralha. Se isto continua assim, qualquer dia não temos pinga de água na Barragem do Alvão, e os vila-realenses, que já não são muito amigos de se lavar, então é que deixam de se lavar de todo. Vai ser um odor corporal colectivo, por essa Bila fora... A ingrícola também está mal. Vai ser outro ano de vacas magras. Aonde chegará o litro do vinho e do azeite! Deus nos acuda.

Mas falemos de coisas mais alegres. Perguntas-me como é que acabou aquela história da Coisa. O melhor possível, Serafim: a Coisa foi definitivamente adoptada pela gente da Bila, que já não dispensa a visão quotidiana daquele vulto esbelto e gracioso, hoje aqui, amanhã acolá. Muitos vila-realenses afeiçoaram-se-lhe de tal modo, que já a cumprimentam, ao passar por ela: “Olá, Coisa, como vais?” Ela não responde, claro está; mas percebe-se que, se falasse, diria: “Aos saltinhos, filho, aos saltinhos.” Parece que o próprio arquitecto Mário de Oliveira, arpeso da catilinária de outro dia, prepara uma autocrítica, a publicar na “Voz de Trás-os-Montes”. Aguarda-se a todo o momento que o poeta Alberto Miranda dedique uma ode à Coisa. E tem-se por certo que o Dr. Nuno Botelho lhe dedicará um improviso e o Escultor Manuel Negrão a vai immortalizar num bronze, a colocar no Pioledo.

Mas a semana que passou foi marcada por dois acontecimentos que te vou relatar, para que não percas pitada do que vai na Bila.

O primeiro acontecimento, que traz a Bila indignada, foi o estranho furto de umas placas que na via pública indicavam o caminho para um instituto qualquer, destes que nascem agora como cogumelos por toda a parte. A Câmara tinha autorizado a colocação das placas. E não há dúvida de que eram maneirinhas e ficavam a matar: duas junto da Sé, a dar um pouco de vida àquele monumento nacional e uma terceira colocada de tal forma que impedia que o

sol desse numa outra placa que dizia “Paragem de autocarros” e a deteriorasse. Pois desapareceram estas beneméritas placas, Serafim! Como desaparecem assim placas honestas e autorizadas? A Bila bufá de indignação. E o meu primo Baltazar, que tem um salão de explicações de matemática para os putos do Ciclo, chamado “Instituto Pitágoras” e ia requerer à Câmara que lhe autorizasse umas placas daquelas na fachada da Capela Nova, hesita agora antes de se decidir. E se lhas roubam?

O segundo acontecimento, que igualmente traz a gente de lágrima ao canto do olho, é o encerramento para férias da Pastelaria Gomes. Aquele templo do bem-dizer e da caridade – fechado por um mês! Os clientes, desorientados, lá se vão distribuindo pelos outros cafés da Bila. Mas a verdade é que nem o café, por melhor que seja, lhes sabe a metade do que sabia a gloriosa zurrapa a que estavam habituados. Então as avozinhas da mesa do canto, que se assenhoreiam ferozmente de tudo quanto é cadeira e fitam com olhar homicida quem se atreva a disputar-lhes um palmo de espaço e não sossegam enquanto não expulsam das redondezas os clientes incautos, essas parecem verdadeiras madalenas arrependidas. Já não choravam tanto desde o assassinato de el-rei D. Carlos. Uns prantos que só vistos. A mim, pessoalmente, pouco me importa. À uma, porque não sou habitué (como dizem os franceses) de mentideiros (como dizem os espanhóis); à outra porque a única coisa que me agrada na Gomes são os pastéis de toucinho-do-céu, que, como sabes, são fabricados pelo Cramez...

Mas que a vila anda desolada, isso anda.

Um abraço transido de desolação do teu

Sebastião

* * * * *

47.^a Carta da Bila

Das greves que nos assolam.

22 de Fevereiro da 1989

Serafinção:

Aqui estou eu outra vez a mandar-te novas da Bila. Pontual, porque gosto que as recebas a tempo e horas. Mas, apesar deste meu cuidado, receio bem que, desta vez, a carta se atrase. O motivo deste receio, já se sabe, é a greve dos correios.

Não sei quais são os motivos da greve. Hoje faz-se greve por tanto motivo... Falta o papel higiênico nas casas de banho de uma repartição pública? Vamos para a greve. O patrão insiste em que, se a hora regulamentar de começar o trabalho é às nove horas, é mesmo às nove horas, e não às nove e meia ou dez horas, que os funcionários devem entrar? Vamos para a greve. O pessoal embirra com o capataz, o patrão, o ministro? Vamos para a greve.

De forma que tudo são greves, hoje, em Portugal — e a Bila não foge à regra. À data em que te escrevo, está a correr a greve dos correios. Aqui há dias, foi a dos professores dum sindicato, para daqui a umas semanas ser a dos professores do sindicato rival. Antes tinha sido a dos médicos. Antes ainda a dos transportes. Antes ainda a dos magistrados. É uma alegria! Quase se pode dizer que somos um país em greve que, de vez em quando, trabalha meia dúzia de dias por desfastio. Isto é: para descansar da greve, que o descanso também cansa, ou que é que tu julgas?

A culpa deste surto grevista, a meu ver, é todinha do governo. Tu vê se me entendes, Serafim. Eu não sou daqueles tipos maldizentes, que criticam por tudo e por nada. Acredito na infalibilidade do Dr. Cavaco. Que diabo, se acredito na do Papa, que não conheço de lado nenhum, vive lá para Roma e, ainda por cima, é polaco — por que não havia de acreditar na do Dr. Cavaco, que é algarvio (portanto quase português), vive às voltas pelo País (à compita com o Dr. Soares) e já esteve duas ou três vezes na Bila, a prometer e a inaugurar? Se tenho tanto respeito pelo Dr. Cavaco, pelo Dr. Cadilhe então é uma verdadeira adoração, e mais por aquele secretário de Estado que ele tem, Oliveira e Costa, parece que se chama, tão querido, que se se explicou tão bem na televisão, outro dia, embora em boa verdade não respondesse a nada do que lhe perguntaram.

Já vês pois quais são os meus sentimentos para com o Governo. Mas a verdade tem de se dizer: a culpa das greves é dele, de mais ninguém.

Escuta as minhas razões: o povo está tão farto de ouvir o Governo dizer que o País cresceu economicamente, que os salários reais aumentaram, que a vida nunca esteve tão boa em Portugal, que as pessoas acabam por se convencer de que é verdade. Só que, quando metem a mão à carteira, verificam que a inflação comeu o aumento, que a vida está cada vez mais apertada e que cada vez sobra mais mês no fim do ordenado. Então pensam: “Que diabo, esta prosperidade de que o Governo fala não é nada comigo, é só com os outros... Vamos mas é fazer pela vida.” Daí a greve, é um saltinho de pardal. Ora aí tens.

Não seria possível ao Dr. Cavaco e ao Dr. Cadilhe, meus ídolos políticos, continuarem a domesticar a inflação com mão de ferro; pôr Portugal ao nível económico do Luxemburgo em três tempos; rebentar com todas as escalas do

crescimento – mas discretamente, em silêncio, sem tanto cacarejar? É que, doutra forma a gente convence-se que é verdade. Se seguissem o meu conselho, pode ser que não houvesse tanta greve. Digo eu, não sei.

E pronto, Serafim. Desta vez, mal te falei da Bila. Mas também. Olha, desde a catástrofe do encerramento da Gomes para férias, a Bila anda tão desenxabida que nem sei se chegará a valer a tinta com que escrevi esta.

Um abraço muito pró-governamental e antigrevista do teu

Sebastião

* * * * *

48.^a Carta da Bila

A SCA (síndrome do cagaço dos artistas)

1 de Março de 1989

Serafim saudoso:

Felizmente boas notícias! A Gomes reabriu depois de férias, com o sr. Alexandre mais simpático do que nunca – e este acontecimento encheu de júbilo a Bila, que já andava nostálgica daquele magnífico sabor a esturro que só ali o café tem. Claro que as saudades de uma boa tarde de mexericos não eram menores, e das novidades políticas que só ali se sabem e vai estando na hora de aparecerem, uma vez que vai haver eleições para a Câmara não tarda. Pois tu não sabias, Serafim, que é na Gomes que se fazem e desfazem as listas para a Câmara? Pois fica sabendo que é.

Mas hoje quero antes falar-te de uma verdadeira psicose que se abateu sobre a Bila. Há já quem lhe chame a SCA – síndrome do cagaço dos artistas. Eu explico.

A coisa começou há perto de um mês, quando Khomeini resolveu chatear um escritor inglês que não lhe caiu no goto. Deves ter lido nos jornais. Entendendo que ainda não tinha chateado suficientemente, o velho aiatola inventou mais esta: decretou que o livro era blasfemo e não esteve com meias medidas, condenou o autor à morte, esquecido de alguns pequenos pormenores, como o facto de o escritor ser inglês e viver na Inglaterra e o facto de que hoje ninguém aceita uma condenação à morte sem julgamento. Mas o que é que se mete à frente de um aiatola? E a verdade é que já conseguiu acagaçar uma data de escritores e editores e livreiros.

Este cagaço – tinha de ser – abateu-se também sobre os artistas da Bila – poetas, pintores, arquitectos, músicos, tudo! Alberto Miranda, António Cabral e Alexandre Parafita consta que andam a ler afanosamente os seus livros, um por um, a ver se com os diabos não haverá por lá algum versículo satânico, algum indício de heresia que possa irritar os xiitas. Dos escritores, o único que não parece muito assustado é o Pires Cabral, que, em declarações à imprensa, adiantou que, tendo já sido censurado e zurzido por um aiatola local, em tempos, já não receia as condenações dos aiatolas estrangeiros.

Os arquitectos do Pioledo andam muito enfiados, interrogando-se sobre se desenhar casas bicudas não será molesto a Khomeini. Em particular, receiam que a Coisa – pois sabe-se agora que foi desenhada por eles – seja blasfema e capaz de irritar Teerão.

O arquitecto Mário de Oliveira, esse nem tem aparecido, mantendo-se sobre protecção policial no seu quarto de hotel, temendo que as suas citações da Bíblia, nas crónicas da “Voz de Trás-os-Montes, não sejam exactamente um modelo de ortodoxia islâmica, e que as decorações que fez para cento e trinta e nove cafés e restaurantes da Bila não respeitem os ensinamentos do Corão.

A lista poderia ir mais longe, Serafim, porque a bem dizer não há artista, incluindo o João Estrócio e o Adérito Silveira, que não padeça do SCA. Mas para quê enumerá-los a todos? O que interessa é que andam todos com o credo na boca. É a SCA – síndrome do cagaço dos artistas...

Até eu, que, como artista, não vou além destas cartas desenxabidas que te escrevo, me treme a passarinha quando penso que pode nalguma delas haver matéria satânica que enfureça os fundamentalistas! Já vêes o pânico que não irá pela Bila...

Mas para quê falar de coisas desagradáveis? Vou pôr ponto final no assunto, não sem te relembrar que, em contrapartida destes cagaços e tristezas, ainda vai havendo notícias alegres – como por exemplo a reabertura da Gomes...

Um abraço meio acagaçado do teu

Sebastião

* * * * *

49.^a Carta da Bila

De como Bila anda inquieta com o Presidente da República e de como o Corgo está uma autêntica lixeira.

8 de Março de 1989

Meu prezado Serafim,
Que tal vai a saudinha?
Eu cá vou assim-assim,
Na nossa santa terrinha.

Estás admirado de me ver versejar, amigo? Ônessa! Então só aquele senhor do júri de Vila Real, do Festival da Canção, é que tem direito a mandar umas bocas em verso? Cá o rapaz, lá por ter só o sexto ano do Liceu, mal feito ainda por cima, não tem direito a puxar umas rimas do bestunto? Bem sei que não deve o sapateiro ir além da chinela. Mas que queres? Ao ouvir os luminosos poemas do senhor do júri de Vila Real, assubiu-se-me por mim acima uma coisa e disse com os meus botões: deixa, que a próxima carta que escrever ao Serafim também há-de ser em verso; ou há moralidade, ou comem todos. Mas não me deu o fôlego para mais: uma quadrita e viva o velho! Quem dá o que tem, a mais não é obrigado. Ah, fosse este teu amigo um vate mavioso e inspirado como aquele senhor do júri, e esta havia de ir toda em redondilhas. Assim...

Assim, a carta tem de ir em prosa. Aí te vão as últimas da Bila.

Uma vez mais, é a inquietação e o tom de catástrofe que dominam nesta “santa terrinha”, como há bocado lhe chamei por mor da rima. Vai grande consternação cá pelo burgo. E com razão: então não é que o Dr. Mário Soares anda a fazer presidência aberta em tudo quanto é capital de distrito, e nunca mais se resolve a vir fazê-la à Bila?! A gente bem sabe que ele já cá esteve três ou quatro dúzias de vezes; o diabo é que têm sido sempre presidências fechadas. Uma presidência bem aberta é que a gente queria agora, para não ficarmos atrás de Portalegre e Bragança, com o presidente ali bem repimpadinho em Mateus, bem apapricado, e o pessoal todo, a começar pelo Cavaco e pelo bem-amado Cadilhe, a vir cá ao beija-mão. Isso é que a gente queria. Mas, por este andar, só lá para o fim do segundo mandato. De forma que reina a consternação geral, e algumas pessoas anunciaram a intenção de se suicidarem se o Dr. Soares não vier cá até ao Santo António.

Não bastava isto, ainda por cima o Presidente da Câmara está com um pé na Europa. Parece que são favas contadas: em Julho, temo-lo deputado europeu. Para ele é óptimo: vai ganhar cinco vezes mais com um décimo do trabalho. Mas para a Bila, Serafim? Para a Bila? Há gente que chora que se farta, pelos cantos, E só meia-dúzia de pessoas é que se consta que estão contentes da vida, a formar o pulo para o lugar que o Dr. Moreira vai deixar vago. Mas isso ainda anda tudo muito embrulhado, lá muito no segredo dos deuses. Imagina que nem os futurólogos profissionais da Gomes se atreveram ainda a dar palpites.

Com estes dois desgostos a roer-me a alma, fui-me no domingo de S. Lázaro dar uma espreitadela ao Corgo, a ver se esparecia. Qual quê! Foi pior, Serafim. O rio está feito uma lixeira. Um fogão pira de vez, e ninguém dá nada por ele à troca? Muito bem: atira-se ao rio e fica o problema resolvido, O frigorífico escangalhado? Atira-se ao rio! A cadeira descadeirada? Rio com ela! O penico furado? Rio! As calças coçadas nos fundilhos? Corgo! Resultado: olha-se para aquelas águas, que podiam ser limpas e cristalinas, e é uma cortação. Destas coisas é que o senhor do júri de Vila Real devia falar em verso.

Mas não é tudo. Imagina que deram cabo do Rio das Lavadeiras! A Câmara tinha prometido poupar esse recanto tão pitoresco da Bila, ao construir o açude novo. Pois sim. O Rio das Lavadeiras é hoje um charco de água estagnada, onde nem as rãs e as salamandras se sentem bem. E as lavadeiras, se querem, tem de lavar mesmo no Corgo. Que pena, Serafim! E que saudade! Para cúmulo, nesta romagem azeda, enfiei uma perna até ao joelho numa poça de lodo, e as lavadeiras, vendo a minha desgraça, pararam de esfregar a roupa e fizeram-me uma surriada de mil demónios, ainda por cima! Malfadado domingo! Maldito lodo! Diabo das lavadeiras!

Neste burgo tão velhinho
Reina a consternação.
Um abraço choradinho
Deste teu Sebastião.

* * * * *

50.^a Carta da Bila

Uma doença rara: a laranjite

15 de Março de 1989

Prezado Serafim:

Calculo como deves andar admirado deste meu silêncio... O que não te terá já passado pela cabeça! Que eu estivesse zangado contigo; que tivesse, sei lá, morrido. Pois descansa, que não é nada disso.

O motivo do meu silêncio é outro, Serafim. Estive doente. Não te assustes, que já passou. Uma doença levada de mil diabos, que, para susto, chegou. E, queres tu saber?, uma doença esquisita. O médico chamou-lhe laranjite aguda. Atenção: não é laringite; é laranjite. Tal e qual: laranjite aguda.

Já te vejo a responder: “Pois. Na Páscoa, as laranjas são doces e sumarentas... O Sebastião não existiu à tentação, atirou-se a um quarteirão delas como gato a bofe — e ficou com o fígado derrancado.” Pois não foi nada disso, amigo. Escuta a história, que se passou assim, eu arda se minto:

Eu já há uns tempos que sentia uma sensação estranha, de cada vez que via um objecto cor-de-laranja. Era assim a modo de uma comichão na ponta dos dedos, uns suores frios, uma opressão no peito... Mas nunca liguei, deixei andar. Aqui atrasado – mais precisamente no dia 15 de Março – estava um dia de primavera e, na repartição, ninguém tinha qualquer vontade de trabalhar. Um tédio enorme... De forma que era preciso passar o tempo de qualquer maneira. Começámos por jogar a batalha naval; depois passámos para a moedinha – e o relógio parecia uma lesma, nunca mais eram cinco e meia. Foi então que o Teixeira se lembrou de contar anedotas. E contou uma que te vou contar também, para que compreendas bem como tudo se passou. Era assim:

Uma vez, tinham concorrido a um lugar muito cobiçado da administração pública três candidatos: um matemático, um filósofo e um advogado. A escolha estava difícil e o júri do concurso resolveu então fazer a todos esta pergunta: quantos são dois e dois. O matemático respondeu logo: “Quatro, sem qualquer espécie de dúvida.” O filósofo respondeu: “à primeira vista, parece que são quatro: mas, na verdade, dois e dois são vinte e dois.” O advogado respondeu: “Isso é conforme. Tanto podem ser quatro como vinte e dois. Depende do ponto de vista.”

O júri reuniu então para deliberar quem ficava com o lugar. E sabes tu quem foi o feliz contemplado? O matemático? Não. O filósofo? Também não. O advogado? Tão-pouco. Foi um sujeito qualquer do PSD, que nem sequer tinha concorrido!

Aí tens a anedota. Agora escuta o resto.

Em vez de me indignar com o Teixeira, porque a anedota é caluniosa para a honestidade do governo, achei tanta graça ao demónio da anedota, que me pus a rir, a rir como louco, e nunca mais parava. Eu bem queria parar – mas quem podia? Chamei-me a Santo Aníbal, mas nicles. O Teixeira e os outros colegas já estavam aflitos, sem saber o que me haviam de fazer. Desabotoaram-me a camisa, esbofetearam-me, mostraram-me um retrato do Dr. Cadilhe, leram-me a tabela das deduções do Imposto único – e eu cada vez me ria mais! Até que chamaram uma ambulância e me levaram para o hospital. Onde fiquei em observação, mas soltando tais casquinadas de riso que incomodavam toda a gente na enfermaria. Por fim, o enfermeiro-chefe usou uma cura drástica: leu-me uma ordem de serviço da Dr.^a Leonor Beleza e três páginas da “Voz de Trás-os-Montes”— e só então, aos poucos, me foi passando o riso. Mas durante quinze dias estive de cama, com febres altíssimas, suores frios, e volta e meia desatava às gargalhadas convulsivas quando via coisas cor-de-laranja. Agora já vou melhorzinho. Mas olha que perdi quase oito quilos. É obra, a laranjite!

Agora pergunto eu: porque diabo é que me havia de dar logo a mim laranjites, que sou fã incondicional do Dr. Cavaco, e até trago um retrato dele ao peito, juntamente com um pêlo da barba de S. Roque, num relicário que minha mãe me deu? Porquê, santo Deus?

Reparo que mal te falei da Bila. Também isto está uma pasmaceira, salvo uma espécie de totoloto que está muito na moda e consiste em tentar adivinhar em que lugar vai ficar o Dr. Moreira na lista da Europa. Tirante isso...

Um abraço já curado do teu

Sebastião

* * * * *

51.^a Carta da Bila

Sassaricando.

22 de Março de 1989

Oi, Serafim!

Hoje cumprimento-te assim em brasileiro, em homenagem à nova telenovela, que promete arrebatá-la Bila. Na verdade, a gente por aqui andava desconsoladinho de todo com a “Passerelle”, pois aquela droga nem para purgante;

ninguém simpatizava com o André Guimarães, nem tinha pena da Rosarinho, nem se irritava com a prima da Rosarinha, nem se solidarizava com o Teixeira. Nada de nada: aquilo era uma xaropada de todo o tamanho. A “Passarelle” a passar na televisão – e as donas, indiferentes, nem os olhos levantavam do “tricot”. Metia cortação.

Agora, com o “Sassaricando”, renasce a esperança de uma telenovela picante, movimentada e divertida. A Bila anda toda satisfeita. Apenas alguns moralistas manifestam certos receios, e com certa razão. É que, sendo a Bila uma terra onde já se sassaricava bastante, teme-se que se passe a sassaricar ainda mais.

Vou-te contar o que aconteceu outro dia.

Veio-me visitar o Arnaldo, aquele meu primo em terceiro grau que vive em Carrazeda de Ansiães. Andei a mostrar-lhe a Bila e, como não podia deixar de ser, levei-o atrás do cemitério, para gozar o panorama. Pois, encostadinhos à parede, estavam nada menos de dois jovens casais a ... sassaricar! Ali, às três horas da tarde de domingo! Imagina tu que, em vez de ser o primo Arnaldo, era a prima Geneveva que eu levava comigo. Com que cara ficava? De forma que não me tive nas estribeiras e, enfurecido, bradei aos fulanos: “Que pouca vergonha é essa?” E não é que os fulanos, em vez de meter a viola no saco e desandar, viram-se para nós e cantam em coro:

Quem não tem seu aconchego
Sassarica mesmo em pé,
Porque sem sassaricar
Esta vida chata é!

Tal e qual!

Vê tu a que ponto a coisa chegou. A influência do “Sassaricando” é já manifesta. Mas sempre te digo que já muito antes da telenovela se sassaricava a bom sassaricar na Bila. Já iam por aqui grandes poucas vergonhas. Não acreditas? Pois então tira-te de cuidados e vai, numa tarde de sábado de primavera até ao Parque Florestal, e verás que ficas mais corado que um pimento. Ai, se aquela folhagem falasse... Atrás do cemitério é o que se sabe e te contei agora mesmo. Os bancos que lá há são disputados a peso de ouro e consta até que uma firma da cidade vai ali montar um esquema de aluguer de almofadões para tornar os ditos bancos mais confortáveis. E, pela Bila fora, aos cantos mais ou menos recônditos, a coisa orça por este teor.

Eu não tenho nada (excepto saudades...) contra sassaricar, desde que não seja nas minhas barbas. Assim, às claras, em lugares frequentados por turistas, senhoras e crianças, é que não me parece nada bem.

E proponho uma solução:

A Câmara manda, quando calha, uns funcionários com uma rede à caça dos cães vadios, também muito dados a estes sassaricos desavergonhados pelas ruas da Bila. E eu apoio. Mas, já agora, porque não deitar a rede também a estes casais que têm um comportamento tão canino e inconveniente na praça pública?

É sugestão que aqui deixo a quem de direito – e não levo nada por ela.

Entretanto, meu caro Serafim, envio-te um abraço saudoso dos bons tempos do sassarico, viu?

Teu
Sebastião

* * * * *

52.^a Carta da Bila

Assim vão os futebóis.

29 de Março de 1989

Meu bom Serafim:

Cá te vai mais uma carta enviada desta Bila dum raio, que anda outra vez a ferver de entusiasmo. Nem uma panela de grelos ao lume!

O caso é que, Serafim, o Sport Clube arrisca-se a subir de divisão. É verdade! Quem diria que, depois daquele começo de temporada tão topa-que-
-acerta, a nossa rapaziada havia de chegar onde chegou? É claro que tudo isto, por enquanto, não passa de esperanças – e queira Deus que não saiam furadas. Seja como for, um grupo mais entusiasta de adeptos tomou já algumas iniciativas, a contar com o ovo – com tua licença – no cu da galinha.

A primeira é erguer um monumento ao Sr. D'junga, o treinador que pegou na equipa quando ela estava na fossa e a colocou em posição de poder subir de divisão. Nada mais justo: D'junga é homem correcto, simpático, competente e teve artes de meter na ordem os maradonas do Sport Clube. É pois ponto assente que terá uma estátua. Sobre o que parece não haver ainda acordo, é sobre o local.

Há quem defenda aquele pequeno largo defronte da porta principal do Campo do Calvário. Não estaria mal. Mas receia-se que, uma vez que o futebol vai passar para o Monte da Forca, o velho Campo do Calvário não tardará a ser arrasado para o Djalma ou o Sebastião Vaz ou outro qualquer construir ali um

dos seus maneirinhos blocos de 15 andares – e que, sendo assim, a estátua estava condenada a ir na enxurrada do entulho.

Defendem outros que se faça o monumento já no Monte da Forca, e bem próximo daquelas ravinas sobre o Corgo – de forma que, se o Bila afinal não subir, a estátua possa ser vingativamente empurrada aos trambolhões pela encosta abaixo.

Os mais radicais, enfim, sustentam opinião mais melindrosa: sustentam que a estátua de D’junga deve pura e simplesmente tomar o lugar que estava destinado para a de D. Dinis, na Vila Velha. Como a de D. Dinis nunca mais aparece... Além disso, dizem esses fanáticos que o rei poeta não fez pela Bila metade do que fez o Sr. D’junga. Uma coisa, pelo menos, é certa: nunca levou uma equipa da Bila ao limiar da II Divisão, dizem os adeptos desta ideia. E nisso, temos de confessar, estão cheios de razão.

Logo se verá onde a estátua vai ficar. Lá que é merecida, isso ninguém duvida. O treinador levanta-se do banco uma média de 425 vezes por jogo, despe e veste a camisola 96 vezes e berra para dentro das quatro linhas uma vez a cada minuto e meio – e só assim foi possível levar o Bila ao lugar que ocupa. Não fosse isso, o Sport Clube estava hoje no lugar do lanterna vermelha. Dois furos abaixo do Moncorvo.

Mas há outra iniciativa que também te quero referir, de não menor justiça: o tal comité de adeptos vai igualmente homenagear o já célebre cão do Calvário, que dá aos Lobos do Marão um esplêndido exemplo de como se deve apoiar uma equipa. Quanto a este, está a ser organizado um peditório que permita ao simpático canídeo ter garantidos, até à velhice, dois ossos da suã por dia e, aos domingos em que haja jogo no Calvário, meio quilo de toucinho. Com o dinheiro que sobrar, pensa a comissão pagar enfim as bandeiras da claque que, na Tipografia Minerva, ladram mais alto do que o cão do Calvário a incitar a equipa.

E assim vão os futebóis na Bila, Serafim.

Um abraço de grande penalidade do teu

Sebastião

Recordando as Jornadas Camilianas de 1986

As Jornadas Camilianas, organizadas nos anos 80 do século passado pelos Serviços Municipais de Cultura, Região de Turismo da Serra do Marão e, em algumas edições, Arquivo Distrital de Vila Real, constituíram uma novidade na maneira de abordar encontros, congressos, seminários, etc. A novidade estava em — não descurando a parte científica — dar uma importância até aí inusitada ao envolvimento lúdico, no pressuposto, que se revelou acertado, de que o prazer com que as coisas se fazem pode reforçar o proveito que delas recolhemos.

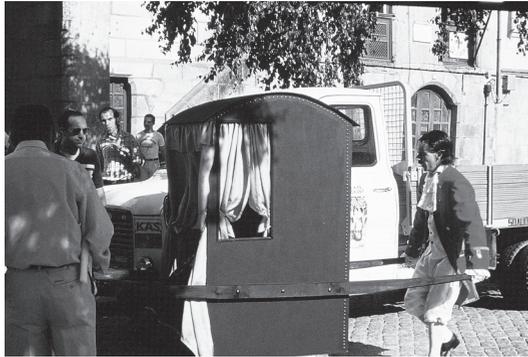
Esse envolvimento lúdico manifestava-se de muitos modos, de forma a ser mantida uma atmosfera constante de boa disposição, criando o estado de espírito adequado para receber a informação científica que os conferencistas — todos eles pessoas de elevada craveira intelectual e nomes cimeiros dos estudos camilianos — pretendiam transmitir.

Um desses modos, que se revelou particularmente eficiente era a apresentação de apontamentos teatrais por actores da cidade, evocando momentos da vida e obra de Camilo Castelo Branco. Recordamos aqui alguns desses apontamentos nas 3.^{as} Jornadas Camilianas, realizadas em 1986.*

* Escritos por A. M. Pires Cabral.

1º QUADRO

(Na esplanada do café)



D. Rita Teresa, avó de Camilo, vai a passar de liteira, transportada por dois lacaios, defronte da esplanada do café. Deita a cabeça de fora, assesta a luneta e diz:

– Alto! Aguardai um instante. (Examina o local.) Isto aqui que é?

Um lacaios responde:

– Há-de ser algum botequim, fidalga, desses que vendem limonada e licores, juntamente com o carrascão de Abaças.

– Pois será. E se assim for também me hão-se servir uma tisana, que estou derrancada do fígado. (Apeia-se da liteira.) Meu marido Meneses que espere. Vou já ter com ele às obras do palacete da rua da Piedade e acertar com o mestre pedreiro como há-de ser essa cousa da pedra d’armas. Então veremos se os Caldeirões, de que procedo, hão-de ter ou não lugar na pedra... (Senta-se a uma mesa.) Não há por aí um servo que me traga um chá de hipericão do Gerês? (Fixa a luneta nos circunstantes.) E estes basbaques, que gente será esta? Por força que hão-de ser parentes do meu Meneses, essa cambada de Botelhos e Correias de Mesquita, que, ao jeito com que me olham, parece que nunca viram dama do paço, açafata da senhora duquesa de Aveiras e íntima da Rainha...

Vem o criado.

– Lacaios, traze-me um chá de hipericão.

O criado informa que não há.

– Não há?! Mas em que demónio de terra estou eu? Uma pasmaceira, onde o tempo parou no século XII e os botequins não servem à gente um chá de hipericão... (Para os lacaios:) Bem, vamos lá para a rua da Piedade. A galope, celerados, que se faz tarde!

Desaparecem.

2º QUADRO
(Na sala das Jornadas)



Camilo Castelo Branco mistura-se com os congressistas, e vai distribuindo cartões-de-visita por eles, colocando os restantes sobre a mesa da documentação. No acto de distribuir os cartões, vai dizendo:

– Camilo Castelo Branco, um criado de Vossa Senhoria... Ao dispor de Vossa Senhoria... Os meus respeitosos cumprimentos... Os meus respeitosos...

Findo o que, vai sentar-se no meio da sala, como se fosse um congressista, para assistir à sessão de abertura. No momento em que o orador refere a indiferença das entidades oficiais quanto as conclusões e recomendações do ano anterior (a deixa será dada oportunamente), bate ruidosamente com a bengala no chão, levanta-se e exclama:

– Como?! Aquilo que Vossa Senhoria diz é verdade?

O orador confirma.

Camilo dá nova bengalada no chão, de impaciência, e diz:

– Pois não há um raio que fulmine essas chancelarias do reino? Os céus ficam indiferentes a este desconchavo – que seria afrontoso, se não fosse antes de tudo ridículo e mesquinho, à medida aliás dos luminosos crânios que pontificam nas mesmas chancelarias?

O orador pede-lhe calma.

– Calma?! Vossa Senhoria pede-me calma? Gargalhadas é que me havia de pedir. Pois que outra reacção há aí, mais digna desta clarividência e deste sentido de justiça dos nossos amáveis governantes? Sabe Vossa Senhoria que mais? Tenho ouvido quanto baste para benefício a desopilação do meu fígado oprimido. Fiquem-se Vossas Senhorias em paz. Com licença, com licença...

Vai abrindo caminho entre os congressistas e sai da sala.

3º QUADRO

(Em plena estrada, na curva anterior ao desvio para Vilarinho da Samardã)



Dois salteadores pulam para o meio da estrada, quando o autocarro se aproxima, e obrigam-no a parar.

Um dos salteadores aponta o bacamarte ao condutor, enquanto o outro se dirige aos congressistas:

– Com que sim, os fidalgos iam ver o Fojo do Lobo... E então passavam por Vilarinho da Samardã como cão por vinha vindimada, mal acomparado, não é? Pois tenham lá santa paciência: antes de subir à serra, hão-de ver primeiro onde é que o nosso homem viveu quando era moço, com a irmã e mais o cunhado e mais o padre António.

Para o condutor:

– Vamos, senhor cocheiro: toque lá para Vilarinho. E nada de habilidades, hã, quando não canta a calhandra. Olhe que eu sou o Freamunde, da quadrilha do Luís Meirinho, e o meu camarada aqui andou na guerrilha do Remexido, lá pelos Algarves... Para nós tanto monta despachar um cristão com um tiro nos miolos como engolir um caroço de azeitona. Já vê...

O autocarro segue, fazendo o desvio para Vilarinho.

4º QUADRO

(No Fojo do Lobo)



Um grupo de populares está a fazer uma merenda no local. Depois de os congressistas terem visto o Fojo do Lobo, uma mulher do grupo dirige-se-lhes:

– Eh, fidalgos? São servidos da nossa merenda? Olhem que é tudo comida limpa e coisas que a terra dá. Vá, comam-lhe e bebam-lhe até lhe tocar c’um dedo, que estão em terras de Trás-os-Montes, onde a gente é franca e os ares abrem o apetite que é um louvar a Deus! Vá, sentem-se co’a gente e não façam cerimónias...

Os restantes populares vão igualmente incitando os congressistas a lanchar, até que se põem todos a comer.

5º QUADRO

(À saída de uma sessão de trabalho)

Momentos antes de começarem a sair os congressistas, uma mulher do povo abre a porta e irrompe na sala, muito excitada:

– Então não querem saber o desaforo? A Patrícia fugiu com o bexigoso do Camilo, sobrinho da Senhora Ritinha da Rua da Piedade.

Um congressista pergunta:

– Que Patrícia?

– A Patrícia Emília, senhores, aquela que já não tem pais e vive às sopas da Senhora Dona Rita Moreira, que mora na rua do Jogo da Bola. Assim lhe pagou a caridade à pobre senhora... Fugiram esta noite, diz que a caminho do Porto. Soube-se agora mesmo. Ah, a mim nunca me enganou aquela delambida, com aquele biquinho de lêndea e aquele ar de santinha que não quebra um prato. São as piores... E ele também é fraca rês; basta ver que descende dos Brocas e está tudo dito... A modos que fugiram para o Porto, depois de terem dado a cabeçada. Ah, mas não vão longe. Diz que o senhor Joãozinho Cabanas, o marido da senhora Ritinha, já mandou ordens para o Porto, para meterem os melros na gaiola mal cheguem... Bem feito! Isto, senhores, esta terra está perdida; já não há Santo António nem São Pedro que lhe valha, às escandaleiras que se vêem por aí a toda a hora e momento. Bem, cá lhes deixo a novidade; agora vou-me ali adiante contar tudo à minha comadre Joaquina, que sempre se há-de regalar de saber destes casos. Fiquem-se com Deus, meus senhores.

Sai.

Sumário

- O Comendador José Maria Pereira Júnior
– Um “brasileiro” na Casa do Paço, em Abambres
António Adérito Alves Conde 5
- Alguns temas da iconografia mariana da literatura apócrifa e da
piedade popular na arte periférica da região duriense Setecentista
— do *Nascimento* aos *Desposórios*
Armando Palavras 44
- As cilhas de (contra) ursos
José Dias Baptista 64
- Cartas da Bila (6)
Sebastião Bravo 70
- Recordando as Jornadas Camilianas de 1986 89

